



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JULIA MARIA GONÇALVES

BAETAS, BRETANHAS, CHITAS:
CULTURA MATERIAL E INDUMENTÁRIA NA VILA DE
CURITIBA (1769 – 1795)

Londrina
2020

JULIA MARIA GONÇALVES

BAETAS, BRETANHAS, CHITAS:
CULTURA MATERIAL E INDUMENTÁRIA NA VILA DE
CURITIBA (1769 – 1795)

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina- UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez.

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Gonçalves, Julia Maria.

BAETAS, BRETANHAS, CHITAS : CULTURA MATERIAL E INDUMENTÁRIA NA VILA DE CURITIBA (1769 – 1795) / Julia Maria Gonçalves. - Londrina, 2020. 86 f.

Orientador: Claudia Eliane Parreiras Marques Martinez.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Cultura Material - Tese. 2. Indumentária - Tese. 3. Vila de Curitiba - Tese. 4. Abertura da Estrada do Viamão - Tese. I. Martinez, Claudia Eliane Parreiras Marques. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

JULIA MARIA GONÇALVES

BAETAS, BRETANHAS, CHITAS:

CULTURA MATERIAL E INDUMENTÁRIA NA VILA DE CURITIBA (1769
– 1795)

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina- UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr.
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Eliane
Parreiras Marques Martinez.
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Cláudio Denipoti
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Maria Aparecida Menezes Borrego
Universidade de São Paulo - USP

Londrina, 28 de fevereiro de 2020

Agradecimentos

O desenvolvimento dessa pesquisa não seria possível sem o auxílio e apoio de amigos, colegas e familiares.

Primeiramente gostaria de agradecer a minha orientadora, Cláudia Martinez. Cláudia é um grande exemplo de historiadora, professora e orientadora, que cumpre esses papéis com maestria e dedicação. Quando tínhamos orientações, eu saía das reuniões cheia de ideias e inspirações para prosseguir com o trabalho, pois o seu entusiasmo contagia os alunos e orientandos. Nos momentos das dificuldades e/ou correrias do dia a dia, sempre dava um “jeitinho” para resolver as coisas, seja me esperando na Universidade até mais tarde, marcando reuniões por Skype ou telefone, enfim, nunca deixou a desejar em relação a orientação. A sua preocupação com os alunos evidencia a responsabilidade que tem para com a profissão. Dentre as muitas qualidades que a professora Cláudia possui, as que eu mais admiro são a pró atividade, disciplina e otimismo. Muito obrigada por tudo!

Agradeço aos historiadores do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses (CEDOPE), André e Milena, por toda o auxílio com as fontes históricas. A ajuda de vocês foi fundamental para a pesquisa!

Agradeço ao meu amigo da graduação e mestrado, Vinicius, por todo auxílio e “troca de figurinhas” que, sem dúvidas, contribuiu ricamente no estudo aqui desenvolvido.

Agradeço a minha amiga Luana, Design de Moda, por todo apoio de sempre!

Aos meus amigos da História, Barbara e Harry pela parceria de sempre.

Minha gratidão aos meus colegas de trabalho do setor de Qualidade que acompanharam toda a minha trajetória durante o mestrado. Esses colegas não são da área, mas o incentivo e o apoio de vocês foram de grande importância!

Por último e não menos importante agradeço meus pais, minhas irmãs e meu namorado por nunca me deixar desistir. A força que vocês me deram foi incrível!

GONÇALVES, Julia Maria. **Baetas, Bretanhas, Chitas: cultura material e indumentária na Vila de Curitiba (1769 – 1795).** 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado visa problematizar a cultura material dos moradores da Vila de Curitiba na segunda metade do século XVIII, verticalizando a análise para o estudo da indumentária, parte da cultura material, daquela sociedade. O recorte temporal escolhido para análise do referido objeto de pesquisa comporta um período importante pelo qual passou a Vila de Curitiba: a abertura da estrada do Viamão em 1730. O momento referido é pautado pelo desenvolvimento do tropeirismo, fato esse que possibilitou a ligação da Vila ao conjunto econômico da América portuguesa. A nossa principal hipótese é que a abertura do Viamão interferiu e modificou a configuração da economia da região, conseqüentemente da cultura material daquela no que se diz respeito ao contato com artefatos que até então eram quase inacessíveis ou raros. Pensamos que, muito além de poder adquirir esse tipo de objeto, o porquê adquirir diz muito sobre uma sociedade com características do Antigo Regime em que distinguir-se socialmente era importante e, dentre várias estratégias que esses indivíduos utilizavam para obtenção de prestígio e distinção social, entendemos que a preocupação com a aparência, em vestir-se bem, também era uma estratégia. Utilizaremos como principal fonte de pesquisa a descrição dos artefatos e bens localizados de vinte e nove inventários post mortem da segunda metade do século XVIII (1769 – 1795).

Palavras-chave: Cultura material. Indumentária. Vila de Curitiba. Abertura da estrada do Viamão.

GONÇALVES, Julia Maria. **Baetas, Brittany, Chitas**: material and clothing culture in the Vila de Curitiba (1769 – 1795). 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

This master's dissertation aims to problematize the material culture of the inhabitants of Vila de Curitiba (village of Curitiba) in the second half of the 18th century, verticalizing the analysis to the study of clothing, part of that society's material culture. The time frame chosen for analysis of the aforementioned research object include an important period that Vila de Curitiba went through: the opening of the Viamão road in 1730. The referred moment is guided by the development of "tropeirismo", a fact that enabled the connection of the Vila to the economic group of Portuguese America. Our main hypothesis is that the opening of Viamão interfered and changed the configuration of the region's economy, consequently the material culture of that with regard to contact with artifacts that until then were almost inaccessible or rare. We think that, in addition to being able to acquire this type of object, the reason why acquiring says a lot about a society with characteristics of the Old Regime in which oneself distinguishing socially was important and, among several strategies that these individuals used to obtain prestige and social distinction, we understand that the concern with appearance, in dressing well, was also a strategy. We will use as a main research source the description of the artifacts and goods located in twenty- nine post mortem inventories from the second half of the 18th century (1769-1795)

Keywords: Material culture. Clothing. Vila de Curitiba. Opening of the Viamão road.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Mapa de exportações da Vila de Curitiba (1798)	24
Tabela 2	Distribuição dos bens de Joana Franca (1785)	28
Tabela 3	Distribuição dos bens de Antonio Rodrigues Seixas (1795).....	28
Tabela 4	População total da Vila de Curitiba nos fins do século XVIII	33
Tabela 5	Ocupações dos habitantes da Paróquia de Curitiba no ano de 1798	34
Tabela 6	Categorias de vestimentas nos inventários de 1769 a 1795	40
Tabela 7	Matéria prima das vestimentas dos inventários de 1697 a 1729 (viés comparativo)	44
Tabela 8	Matéria prima das vestimentas dos inventários de 1765 a 1798 (viés comparativo)	44
Tabela 9	Localidades das vestimentas dos inventários de 1765 a 1798	50
Tabela 10	Mapa dos preços correntes na Paroquia de Curitiba, fevereiro de 1799	51
Tabela 11	Tipos de vestimentas dos inventários de 1765 a 1798.....	58
Tabela 12	Estoque da loja de João Pereira Lisboa, no Arraial de São Caetano, Termo da Vila do Carmo em 1742	63
Tabela 13	Estoque da loja de Manoel Cardoso de Matos, na Vila do Carmo, em 1743	64
Tabela 14	Matéria prima das vestimentas dos inventários de 1765 a 1798....	65
Tabela 15	Tecidos do estoque da loja de João Fernandes da Costa, 1801, Itu	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição dos bens de habitantes da Vila de Curitiba (1769 – 1796).....	27
Gráfico 2	Representatividade da categoria “Indumentária pessoal” nos inventários de 1769 a 1795.....	43
Gráfico 3	Representatividade da categoria “Indumentária pessoal” nos inventários de 1697 a 1729.....	43
Gráfico 4	Distribuição dos bens de José Henrique Figueiredo (1783).....	49
Gráfico 5	Representatividade da categoria “animais” nos inventários de 1769 a 1795.....	54
Gráfico 6	Representatividade da categoria “utensílios domésticos” nos inventários de 1769 a 1795.....	55
Gráfico 7	Representatividade da categoria “mobiliário” nos inventários de 1769 a 1795.....	55
Gráfico 8	Representatividade da categoria “indumentária geral” nos inventários de 1769 a 1795.....	56

LISTA DE ABERVIATURAS

AEP Arquivo do Estado do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CAPÍTULO 1 A VILA DE CURITIBA EM FOCO	20
1.1 POVOAMENTO DA VILA: A CHEGADA DOS PRIMEIROS HABITANTES EM BUSCA DOS METAIS PRECIOSOS	20
1.2 UMA NOVA ECONOMIA: DESENVOLVIMENTO DO TROPEIRISMO.....	25
1.3 A PESSOAS DA VILA: POPULAÇÃO E OCUPAÇÕES PROFISSIONAIS DOS LIVRES E ESCRAVOS	33
2 CAPÍTULO 2 A CIRCULAÇÃO DE ARTEFATOS LIGADOS A INDUMENTÁRIA PESSOAL	36
2.1 O COMÉRCIO LOCAL.....	37
2.2 O COMÉRCIO INTERNO	41
2.3 O COMÉRCIO INTERCOLONIAL	50
3 CAPÍTULO 3 A INDUMENTÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DISTINÇÃO SOCIAL?	52
3.1 OS TIPOS DE ROUPAS.....	57
3.2 AS MATÉRIAS PRIMAS	65
3.3 OS ADJETIVOS, AS CORES E USOS	70
CONCLUSÃO	72
FONTES	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
GLOSSÁRIO	80
ANEXOS	83

Introdução

A presente dissertação de mestrado visa problematizar a cultura material dos moradores da Vila de Curitiba na segunda metade do século XVIII, verticalizando a análise para o estudo da indumentária, parte da cultura material, daquela sociedade. O recorte temporal escolhido para análise do referido objeto de pesquisa comporta um período importante pelo qual passou a Vila de Curitiba: a abertura da estrada do Viamão em 1730. O momento referido é pautado pelo desenvolvimento do tropeirismo, fato esse que possibilitou a ligação da Vila ao conjunto econômico da América portuguesa.¹

A nossa principal hipótese é que a abertura do Viamão interferiu e modificou a configuração da economia da região, conseqüentemente da cultura material daquela no que se diz respeito ao contato com artefatos que até então eram quase inacessíveis ou raros. Utilizaremos como principal fonte de pesquisa a descrição dos artefatos e bens localizados nos inventários *post mortem*. Para tanto, contamos com vinte e nove inventários da segunda metade do século XVIII (1769 – 1795). É preciso enfatizar que os inventários mencionados são, infelizmente, os únicos documentos cartorários relacionados e encontrados para o período. Iremos utilizar também, como parâmetro comparativo, nove inventários dos fins do século XVII e início do XVIII a fim de comparar a cultura material dos habitantes da Vila antes e depois da abertura da estrada do Viamão.

Tais inventários estão localizados no Arquivo do Estado do Paraná em Curitiba e não foram digitalizados até o momento. Em razão disso, consultamos presencialmente, fotografamos e transcrevemos esses documentos e, por fim, elaboramos um banco de dados, com a finalidade de categorizar os artefatos. Para complementar o rol de fontes cartorárias, contaremos, ainda, com o auxílio das listas nominativas e dos alvarás de licença, do mesmo período, para suprir as lacunas deixadas pelos inventários. A primeira disponibilizada pelo Centro de Estudos dos Domínios Portugueses (CEDOPE) da UFPR e a segunda, também, pelo Arquivo do

¹ “Só faltava a estrada, que foi construída a partir do final da década de 1720, passando pelos campos da região. Ligava o Viamão, no Rio Grande do Sul, aos Campos Gerais, no Paraná; na continuidade, fazia o elo com as feiras de São Paulo, principalmente de Sorocaba, onde comerciantes mineiros, fluminenses e outros vinham buscar o gado para revendê-los nas áreas das Minas. Esse caminho e a integração da economia paranaense ao tropeirismo, possibilitaram de vez que Curitiba se independizasse do seu tributo ao litoral.” (NADALIN, 2001, p. 49)

Estado do Paraná. As fontes auxiliares estão encarregadas de nos fornecer dados mais quantitativos da Vila de Curitiba, enquanto os inventários serão utilizados, principalmente, de forma qualitativa e verticalizada em alguns artefatos e inventariados. É importante destacar que, embora a amostra não seja significativa, as informações presentes nos inventários são complexas, fornecendo elementos que nos permitem visualizar a cultura material daquela sociedade: os utensílios profissionais podem indicar quais atividades eram desempenhas por aqueles sujeitos, a quantidade de escravos por propriedade pode ser um indicador de níveis de riqueza, além de outros bens, como a animália. Artefatos como mobiliário, utensílios domésticos, roupas da casa e indumentária permitem, por outro, lado, identificar como eram constituídos os interiores domésticos, se os moradores tinham acesso e/ou valorizavam objetos mais sofisticados. Os adjetivos utilizados demonstram qual era o estado dos objetos – novo, velho, ordinário, *feitos cá* etc.- podendo sinalizar, além do valor monetário, valores simbólicos e afetivos. As matérias primas ou a indicação da localidade nos dão subsídio para pensar a circularidade de mercadorias, entre outros pontos que serão discutidos ao longo do trabalho.

Quando um indivíduo vinha a óbito, por lei, os seus bens materiais deveriam ser reunidos e avaliados, a fim de que fosse feita a divisão entre os herdeiros. Nesses processos cartoriais pouco se detalhava acerca do defunto, apenas informações sobre o ano de seu falecimento e quem foram seus herdeiros. Já os seus bens materiais eram informados de maneira detalhada e minuciosa. Em decorrência dessa característica, os inventários coloniais em nada se assemelham aos da atualidade. Nada escapava ao arrolamento, por mínimo que fosse o valor. Mesmo que o objeto estivesse em precárias condições, ainda assim era mencionado pelos *louvados*, pessoas nomeadas para avaliar os bens. A partir dos valores quantitativos e qualitativos dos bens presentes nos inventários, podemos perceber a importância que estes tinham para determinado meio e sociedade. Essa complexa fonte histórica nos traz uma visão muito detalhada e complexa do cotidiano material da América portuguesa.

Joana Franca, habitante da Vila de Curitiba durante o século XVIII, nasceu no ano de 1741 na mesma Vila, foi casada com Pedro Antonio Pereira e, curiosamente, teve um único filho, Manoel Pereira. De acordo com o seu inventário, datado de 1785, Joana acumulou durante a sua vida diversos bens, que foram

avaliados em 2:335\$050 réis. Os animais representavam 68% desse valor, em seguida os escravos, que abarcavam 23%, bens de raiz 6%, indumentária pessoal 2%, utensílios profissionais 0,3% e mobiliário e utensílios domésticos 0,2%, ambos. Mas que bens eram esses?

Dona Joana tinha “duzentas e noventa e sete vacas soltas avaliadas em quatrocentos e quinze mil e duzentos réis”², mais algumas vacas, “noventa e cinco vacas com crias avaliadas em cento e oitenta e dois mil e quatrocentos réis”³, alguns bois, “doze bois do ano avaliados em dezenove mil e duzentos réis”⁴, cavalos, “um cavalo colonial avaliado em quatro mil réis”⁵, “um cavalo mouro avaliado em quatro mil réis.” A quantidade de gado presente no inventário de Joana era enorme, para resumir, todos os animais foram avaliados em 1:592\$600 réis, como dito, representavam mais da metade do valor do seu monte-mor⁶, 68%.

Possuía, também, nove escravos, dentre eles, “um mulato escravo de nome Lauriano de idade de vinte e três anos pouco mais ou menos avaliado em cem mil réis”⁷. Joana vivia em um sítio localizado na Vila de Curitiba e em “uma casa coberta de telha”⁸. Dentro da casa localizamos “um baú com sua fechadura avaliado em seiscentos e quarenta réis”⁹ e “um caixão avaliado em “quatro mil e oitocentos réis”¹⁰. Ainda no tocante ao espaço doméstico, a dita inventariada possuía “seis colheres de prata avaliadas em três mil e oitocentos réis”¹¹.

Contudo, o que mais nos chamou atenção nos bens de Joana Franca foi a categoria “indumentária pessoal”, em que estão localizados os tecidos, as roupas e os acessórios. Representando 2% dos bens da inventariada, a saber, 54\$250 réis, essa categoria ficou atrás de “animais”, “escravos” e “bens de raiz” e a frente de “utensílios profissionais”, “mobiliário” e “utensílios domésticos”. Joana possuía cerca de 22 artefatos ligados a indumentária, que, além de numerosos (quando comparado

² AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

³ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

⁴ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

⁵ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

⁶ Somando todos os bens e dívidas ativas e subtraindo as dívidas passivas, temos o valor do monte-mor de um inventário.

⁷ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

⁸ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

⁹ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

¹⁰ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

¹¹ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

a outros bens, como mobiliário e utensílios domésticos), eram bem avaliados “uma saia de veludo preta com bastante uso avaliada em doze mil réis”¹², “um manto de seda preto já com bastante uso avaliado em cinco mil réis”¹³, “uma camisa de bretanha avaliada em mil e duzentos réis”¹⁴, “uma saia de droguete preta com bastante uso avaliada em quatro mil réis”¹⁵, “um capote de seda amarelo avaliado em mil e duzentos réis”¹⁶. Quando comparamos o valor de um cavalo colonial, que vale quatro mil réis, com o valor de uma saia de veludo preta com bastante uso, que vale doze mil réis, exatamente o triplo do valor, é um fato, no mínimo, instigante. A valorização econômica e quantitativa da indumentária pessoal não está situada apenas no inventário de Joana Franca, mas, também, nos outros documentos cartorários utilizados por essa pesquisa.

Nos chamou atenção, ainda, a matéria prima dessas roupas, como a bretanha “lençaria de linho fina, que se trazia de bretanha”¹⁷. Como Dona Joana pôde adquirir esses tipos de vestimentas, feitas de tecidos sofisticados, como a bretanha? Através dos mercados locais? Caso sim, esses artefatos chegaram ao comércio da Vila de Curitiba por meio dos caminhos que ligavam a Vila a outros centros da Colônia? Ou pode ser uma peça que herdou de gerações anteriores? A abertura da estrada do Viamão possibilitou a posse de artefatos como este? E por que era importante para aquela sociedade possuir esse tipo de vestimenta? A posse de bens ligada à indumentária pessoal era uma das estratégias para obtenção de *status* e distinção social?

Como dito, a nossa principal hipótese é que a abertura da estrada de Viamão possibilitou o acesso a determinados artefatos e conjuntamente pensamos que, muito além de poder adquirir esse tipo de objeto, o porquê adquirir diz muito sobre uma sociedade escravista com características do Antigo Regime¹⁸ em que distinguir-se socialmente era importante e, dentre várias estratégias que esses indivíduos utilizavam para obtenção de prestígio e *status*, entendemos que a

¹² AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

¹³ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

¹⁴ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

¹⁵ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

¹⁶ AEP, inventário de Joana Franca, 1785, código PC02576 87.

¹⁷ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez e latino... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario>. Acesso em dezembro de 2019

¹⁸ Essa ideia será explorada sobretudo no terceiro capítulo.

preocupação com a aparência, em vestir-se bem, também era uma estratégia. Estratégia social para diferenciar-se dos demais indivíduos, fossem eles livres pobres, forros, negros, escravos.

Como pode-se perceber a cultura material nos auxilia a pensar essas questões, uma vez que entendemos que o artefato presente no inventário não se limita, somente, a demonstrar qual tipo de objeto estava em circulação naquela sociedade, mas nos fornece dados sobre a economia que o produziu, o mercado que o distribuiu e a cultura que permitiu sua existência estética morfológica e funcional (MARTINEZ, 2014, p. 159). Nesse sentido a cultura material é utilizada como plataforma de observação da sociedade curitibana. Esse entendimento foi elaborado por Ulpiano Bezerra de Meneses, do qual nos apoiaremos teórico-metodologicamente¹⁹.

Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica). (MENESES, 1983, p. 112)

Desta forma, a cultura material é um campo fértil de estudo que vem compondo parte da historiografia nacional desde as últimas três décadas. Entretanto, o artefato é objeto de muitas pesquisas há quase um século. Destacamos aqui os trabalhos de Alcântara Machado em *Vida e morte do bandeirante* (1929), Gilberto Freyre com *Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos* (1933 e 1936) e Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras* (1957). Tais obras e autores não desenvolveram teorias, nem suportes metodológicos, mas tornaram referenciais importantes para a inteligibilidade da vida material das sociedades do passado.

¹⁹ Utilizamos como abordagem teórica-metodológica, a cultura material segundo Ulpiano Meneses, no entanto, no decorrer do texto podemos utilizar palavras que consideramos sinônimos, tal como materialidade da sociedade etc.

Alcantâra Machado em “Vida e Morte do Bandeirante”, por exemplo, levantou muitas questões sobre a materialidade dos paulistas durante o século XVI e se destaca no pioneirismo em utilizar como fonte os inventários *post portem*. Ao adentrar o cotidiano dos habitantes da Vila de São Paulo, o autor nos fornece informações sobre as habitações, as fazendas, a animália, o que plantavam, o que comiam, o mobiliário, as vestimentas etc. Machado traz grande destaque à vida rural, pois são raros os inventários que não apresentam um sítio ou uma fazenda nesse momento de formação social e econômica da colônia. Percebe-se que no meio rural eram fornecidos os elementos para a construção da vida social:

Dentro de seu domínio tem o fazendeiro a carne, o pão, o vinho, os cereais que o alimentam; o couro, a lã, o algodão que o vestem; o azeite de amendoim e a cera que à noite lhe dão claridade; a madeira e a telha que o protegem contra as intempéries; os arcos que lhe servem de broquel. Nada lhe falta. Pode desafiar o mundo. (MACHADO, 1930, p. 70).

A propriedade rural era de grande importância, de acordo com Machado ela “classificava e desclassificava os homens”, porém seu valor era mais simbólico, dado que nem sempre constava no arrolamento dos bens ou quando constava, tinha valor semelhante ou menor a um escravo, por exemplo. O chão, a terra, para os paulistas eram imensos, abundantes, mas o que era uma terra sem o escravo para realizar o trabalho nela? Ainda, as ferramentas, as vestimentas, o mobiliário tinham um considerável valor dentro desses inventários, pois, conforme destaca o próprio autor, eram trabalhosos a exportação e o transporte.

Gilberto Freyre também se destaca ao abordar questões do cotidiano, da vida doméstica e material. Na obra “Casa Grande e Senzala”, tendo como espaço de análise, principalmente, o Nordeste açucareiro, Freyre aborda com maior teor questões referentes à antropologia cultural, porém traz discussões acerca do cotidiano e materialidade na colônia. Discute a forma como os portugueses se adaptaram a esse meio, a esse clima, aos hábitos alimentares, dos quais não estavam acostumados. Além de tratar questões sobre a arquitetura e espaços domésticos da casa grande, da senzala, dos sobrados e mocambos.

Ao abordar dos aspectos materiais utilizados pelos bandeirantes para sobreviver e adaptar-se ao meio tropical, as contribuições de Sérgio Buarque de Holanda são de suma importância. Ao analisar o estudo de Holanda, Ilana Blaj (1998)

salienta que o bandeirante tem uma “vocação para o espaço”, mas essa voca o se dá devido a uma necessidade. Destaca que o indígena “não represent(ou) apenas a mão-de-obra da qual se vale o colono, mas este apropri(ou)-se do próprio saber indígena sobre o cultivo da terra” (BLAJ, 1998, p. 34). Holanda também aborda como os habitantes da América portuguesa se apropriam da natureza e da matéria-prima, fazendo uso do couro, do algodão, para lidar com esses espaços. Ainda, a partir de alguns utensílios de trabalho, tal como o monjolo, pode-se perceber que tipo de atividade econômica se desenvolveu naqueles locais. Conforme afirma Blaj, a partir desse utensílio, pode-se reconhecer uma “civiliza o do milho”.

A cultura material enquanto parâmetro teórico e metodológico   pensada em diferentes vertentes, das quais utilizam, inclusive, distintas terminologias, e nem sempre cultura material. Como dito, na historiografia nacional, esse campo de estudo começou a se desenvolver na década de 90 e a maior parte foi fortemente influenciado por Fernand Braudel e Daniel Roche.

Autor de “Civiliza o material, economia e capitalismo” Braudel   destaque pelo pioneirismo e pela forma como abordou o conceito de vida material. Na triparti o do tempo, elaborada pelo autor, Braudel construiu uma espécie de “casa econômica” de três andares²⁰. No térreo está a vida material, caracterizada pelo valor de uso. No primeiro andar temos a economia, que começa a dar in cio ao valor de troca. Nesse primeiro andar há dois níveis de rela oes: no primeiro nível estão as “partículas elementares”, que são as tendas de mascates, as lojas e as feiras, e no segundo nível estão os meios superiores: praças comerciais, bolsas ou grandes feiras. A partir desse último desenvolve-se o capitalismo, que está no segundo andar da “casa econômica”. Nesse patamar nascem as economias mundo. Cada estrutura econômica tem uma dinâmica de tempo própria. A vida material   marcada pela longa dura o, da qual h  uma contínua repeti o dos hábitos cotidianos e rotinas das sociedades pré-industriais. A economia de mercado está em outro ritmo temporal, marcado por mudanças lentas. Já o capitalismo se caracteriza pela curta dura o. Mesmo com essa separa o, essas estruturas podem se comunicar, intercruzar-se e, até mesmo, conviverem simultaneamente. Daí a genialidade do conceito.

²⁰ ROCHA, Antonio Penalves. F. Braudel: tempo histórico e civiliza o material. Um ensaio bibliográfico. **Anais do Museu Paulista**. p. 239-249, 1995.

A vida material, segundo Braudel, está relacionada a infraestrutura da sociedade, à população com sua fome, epidemias, doenças, a alimentação, a moradia, o vestuário, o transporte, a moeda, as técnicas, as fontes de energia e as cidades são as estruturas necessárias a vida material. Braudel pensa essas questões como conceitos, porém, conforme defende o historiador Daniel Roche, ele não as define dentro de um campo de investigação específico.

Daniel Roche, inserido nas perspectivas da Nova História Cultural, pensa a cultura material como soluções encontradas pelos homens às sujeições do espaço em que vivem e, além disso, aponta que os objetos criados pelos homens não podem ser reduzidos a uma simples materialidade ou na separação de temporalidades, estes, devem estar relacionados aos “contextos sociais de informações e de comunicações que organizam a significação das coisas e dos bens, e não na sucessão e na separação nítida de temporalidades propícias a comportamentos típicos” (ROCHE, 2000, p. 13) Ou seja, a cultura material deve ser analisada em campos de investigações, que necessitam estar em diálogo com seu tempo, espaço e especificidades.

Os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem simples instrumentos de comunicação ou de distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão e ao sótão, ou então simultaneamente aos dois, devemos recoloca-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais. Sem dúvida, na história a vida material estabelece “os limites do possível e do impossível”, como desejava Braudel, mas ela o faz na imbricação de contextos sociais de informações e de comunicações que organizam a significação das coisas e dos bens [...] (ROCHE, 2000, p. 13).

Influenciado por essas ideias, muitos pesquisadores da historiografia brasileira trabalham os artefatos, o cotidiano, os ambientes domésticos, os ambientes profissionais, as moradias, a alimentação, a vestimentas, dentre outros objetos na perspectiva da cultura material. Grande parte dessas pesquisas estão disponíveis nos *Anais do Museu Paulista*, que desde 1993 propôs trabalhar esse tema²¹. Alguns destes estarão presentes no decorrer do trabalho, principalmente aqueles que dedicados a estudar a indumentária, com o objetivo de podermos comparar ou

²¹ MENESES, Ulpiano T. Apresentação da Nova Série. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 1, n. 1, p. 5-7, 1993

aproximar a Vila de Curitiba com outras regiões. Destacamos aqui os estudos de Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez (2014) sobre as transformações da riqueza e dos objetos do cotidiano, antes e depois da escravidão, no Vale do Paraopeba/MG; Leila Mezan Algranti (2016) sobre a importância do universo material para o funcionamento, representação e celebração da Casa Real portuguesa no Rio de Janeiro Joanino; Maria Aparecida Meneses Borrego (2017) referente à materialidade presente nas práticas sociais em torno das refeições no espaço doméstico em São Paulo colonial; além de José Newton Coelho Meneses (2015) que buscou analisar as fazendas mineiras, entre os séculos XVIII e XIX, como lugares de abastecimento alimentar, sociabilidades e da intimidade familiar.

Tendo como referência a bibliografia e as fontes mencionadas, pensamos a pesquisa em três capítulos.

O primeiro fornecerá elementos para compreender como a Vila de Curitiba estava estruturada na segunda metade do século XVIII. A partir dessa perspectiva algumas questões impuseram-se. Como ocorreu a ocupação desse território? Como estava organizado político e economicamente? De que maneira viviam aqueles indivíduos? Quais eram suas ocupações? Onde moravam? Dentre outras questões, para que seja possível apreendermos a cultura material daquela sociedade. No segundo e terceiro capítulo iremos verticalizar a análise para o estudo da indumentária.

No segundo capítulo temos o objetivo de compreender de que forma a abertura da estrada do Viamão interferiu (ou não) na cultura material daqueles indivíduos. Trabalharemos com a ideia de mercado local, mercado interno e mercado intercolonial, para pensarmos a posse e circulação de artefatos ligados a indumentária. Ainda, utilizaremos os inventários anteriores à abertura de Viamão para compararmos a cultura material.

No terceiro capítulo, permeado na ideia da indumentária como conformadora de práticas sociais em uma sociedade escravista com características do Antigo Regime, problematizaremos a tipologia das vestimentas a fim de perceber não apenas gostos e preferências, mas, principalmente, as intenções e estratégias sociais daqueles homens e mulheres, na Vila de Curitiba, do século XVIII.

Capítulo 1

A Vila de Curitiba em foco

Não é possível discorrer sobre a cultura material de uma sociedade sem entendermos o espaço no qual estavam inseridos esses artefatos. Todos os bens presentes nos vinte e nove inventários só fazem sentido se os inserimos dentro do espaço e tempo que foram produzidos, distribuídos, pensados e “entre as redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais” (ROCHE, 2000, p. 13)

1.1 Povoamento da Vila: a chegada dos primeiros habitantes em busca dos metais preciosos

A fundação oficial da Vila de Nossa Senhora da Luz e do Bom Jesus dos Pinhais de Curitiba foi em 29 de março de 1693, no entanto há registro que os primeiros habitantes chegaram em meados de 1650. A povoação partiu de dois núcleos: os paulistas e as iniciativas oficiais vindas do Rio de Janeiro. A historiografia clássica do Paraná²² afirma que os aventureiros bandeirantes, que vinham da região de São Paulo rumo ao litoral sul - primeiramente entrando em contato com Paranaguá e em seguida com o planalto Curitiba e os Campos Gerais - tinham um duplo objetivo: capturar índios para a mão de obra escrava e, igualmente objetivo das autoridades oficiais do Rio de Janeiro, explorar os tão desejados metais preciosos.

Constituindo um dos possíveis motivos para o primeiro contato com região Sul, a caça aos índios buscava atender às necessidades econômicas da região paulista que, dispondo de uma economia de subsistência, carecia da mão de obra escrava. Assim, foram organizadas as bandeiras, empresas destinadas a preagem de nativos, rumo às terras paranaenses “a primeira bandeira “paulista” no litoral paranaense esteve por aqui em 1585 para fazer guerra os carijós, estimulados pela necessidade de mão-de-obra cativa para “alargar a terra” (NADALIN, 2001, p. 39).

Porém, a exploração mais efetiva na região meridional do Brasil foi ocasionada pela busca por metais preciosos. Na América hispânica, desde os

²² BALHANA, Altiva Pilatti. **História do Paraná**. Grafipar, 1969. MACHADO, Brasil Pinheiro. **Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais**. Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História, n. 3, p. 4-27, 1963. CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. Indústria Gráfica Projeto, 1981.

primeiros anos da colônia, houve o contato com as minas de ouro e prata, constituindo-se a principal atividade econômica daquelas regiões. Já na América portuguesa, o cenário foi diferente:

No quadro das grandes navegações e do comércio marítimo, os lusos não sabiam bem o que fazer com a região descoberta. Entretanto, ultrapassada a fase de fundação de feitorias e dado o conhecimento cada vez maior da extensão continental das terras descobertas, virgens e só habitadas por grupos humanos “bárbaros” e “selvagens”, abria-se aos portugueses a oportunidade de ampliar seus lucros com a terra descoberta. Até então, sua exploração estava resumida na coleta do pau-brasil – como sabemos, mais uma “especiaria”. Em consequência, a ordem era procurar, pesquisar e explorar. Assim, a expansão dirigida pelo Rio de Janeiro, sob a iniciativa da metrópole portuguesa, era rentabilizar os investimentos realizados, e a possibilidade de maior lucro sem dúvida era representada pelos metais e pedras preciosas. (NADALIN, 2001, p. 40).

Devido à ambição da riqueza fácil, origina-se o povoamento na região Sul, inicialmente em Paranaguá, local onde surgem os primeiros indícios dos metais preciosos. Romário Martins (1937), apoiado nas Crônicas de Vieira dos Santos, afirma que a exploração do ouro em Paranaguá ocorreu no final do século XVI – 1578 a 1580. Já Balhana, alega que o governador do Rio de Janeiro teria notícia do descobrimento do ouro em Paranaguá somente em 1648.

Os indícios minerais encontrados, o ouro de aluvião, levava a crer que poderiam descobrir as minas de metais preciosos. Devido a esses vestígios, diversos recursos a mando das autoridades oficiais foram investidos nessa região. Conforme houve uma maior mobilização em torno da região de Paranaguá, foram criadas pequenas povoações, arraiais e, aos poucos, esses exploradores foram povoando a região da Vila de Curitiba. Além do motivo evidente, a busca por riquezas, a povoação dessa região também pode ser entendida por dois motivos.

O primeiro se refere à distância de Paranaguá às regiões de São Paulo, fazendo com que esses indivíduos fixassem residência nas costas próximas. Outro fator, explicado por Antunes dos Santos, pode ser compreendido pelas disputas entre Espanha e Portugal pelas terras da região meridional da América portuguesa. Devido a abertura do caminho do Rio Prata, os espanhóis também desejavam estender suas forças nessa região. Em razão disso, o governador geral do Brasil, D. Francisco Souza, em fins do século XVI e início do XVII, organizou expedições

incentivando os paulistas a explorar as riquezas nessas localidades. Outras bandeiras foram organizadas e tinham como objetivo, conforme já mencionado, a captura de índios. Essas “entradas” causaram a destruição das missões jesuíticas da região Sul e muitas dessas ações foram encorajadas pelas autoridades coloniais portuguesas, a fim de tomar posse das terras da região:

As questões de fronteiras entre Portugal e Espanha tornaram-se pontos de conflitos devido, sobretudo, à demarcação das linhas de Tordesilhas. Após a destruição das missões jesuíticas, o objetivo das incursões portuguesas seria assegurar a ocupação do Sul, no Prata. Foi a partir daí que a Coroa portuguesa praticou ou permitiu atos de posse e de jurisdição própria nas regiões alcançadas (...) O povoamento efetivo do litoral paranaense resultou primeiramente da intensa procura de metal precioso, que se aliou, mais tarde, a outros fatores que promoveram a fixação do homem à terra. (SANTOS, 2001, p. 21).

Os primeiros povoados foram criados sem nenhuma organização política, administrativa e jurisdição, porém, conforme o governo português tinha interesses e investimentos na região, instalou a justiça nesses espaços. Em 1649 o povoado de Paranaguá foi elevado a Vila, requerimento feito por Gabriel de Lara. Desse modo, a Vila de Paranaguá foi a primeira que se estabeleceu no Paraná. Alguns anos depois foi a vez da Vila de Curitiba, fundada em 1693, embora a data não correspondesse aos primeiros povoadores, visto que havia exploradores na região e alguns já a habitavam:

Dispersos pelos pinhais, campos ou à beira dos rios, pouco a pouco se foram aglomerando os primeiros moradores efetivos na região. Em 1668, o Capitão-mór de Paranaguá, Gabriel de Lara, subindo a serra do Mar, tomou posse, em nome da autoridade portuguesa, da nova povoação, mandando erguer o pelourinho. Este foi levantado em terras povoadas por Mateus Martins Leme que, como Baltazar Carrasco dos Reis, anteriormente a 1661 já habitavam Curitiba (CARDOSO & WESTPLHALEN, 1981, p. 44)

Para simplificar a cronologia de exploração e ocupação da Vila, os autores Magnus Roberto de Mello Pereira e Antonio Cesar de Almeida (2000) dividem a fundação da Vila em quatro atos. O primeiro ato ocorreu em meados de 1650 com a ereção de uma capela. O segundo ato foi em 1668 por Gabriel de Lara que, movido pela notícia de descoberta de ouro na região, incentivou os primeiros exploradores e realizou a inserção do pelourinho. O terceiro ato foi a criação oficial da Vila em 1693,

com a inserção da Câmara Municipal pelo capitão Mateus Leme. Nesse momento, além do pelourinho, existiam a igreja e a praça. O quarto ato foi a ida do Ouvidor Rafael Pires Pardino a Vila, em 1721, com o objetivo de demonstrar sobre quais normas deveria seguir a Câmara, conforme as leis portuguesas.

Na transição do século XVII para o XVIII a maior parte dos exploradores abandonaram a região ao constatar que eram apenas indícios de metais preciosos e que os resultados não eram significativos. O abandono da região foi influenciado, mais ainda, com a descoberta de ouro nas Minas Gerais e Goiás, concluindo que a atividade mineradora seria lucrativa nessa região da América portuguesa. Os poucos habitantes que permaneceram na Vila de Curitiba tiveram que encontrar novas ocupações e (re) fazer suas vidas. No início do século XVIII, segundo estimativa do Ouvidor Rafael Pires Pardino, havia aproximadamente duzentas casas e 1400 habitantes²³.

A condição de vida era elementar e precária, podemos tal realidade ser constatada por meio do inventário de Anna da Silva, datado de 1705. Dentre seus poucos bens possuía “uma casinha de palha velha na Vila no valor de seis mil réis”²⁴. De acordo com seu inventário possuía uma única mobília²⁵ “uma caixa de quatro palmos com sua fechadura no valor de quatro mil réis”²⁶. Além de alguns animais, entre vacas e ovelhas, e utensílios de trabalho, como “dois machados, um grande e outro pequeno no valor de novecentos e sessenta réis”²⁷ e “duas foices usadas no valor de quinhentos réis”²⁸. Também, possuía uma única escrava indígena avaliada em trina mil réis “uma raparigona negra da terra de nome Joana”²⁹.

Logo após a crise do ouro, a agricultura de subsistência foi a principal atividade econômica desempenhada pelos moradores da Vila, tal como indicam os utensílios profissionais presentes no inventário de Anna da Silva. A agricultura se tornou cada vez mais autossuficiente e a importação de gêneros de primeira

²³ SCHAAF, Mariza Budant. **A população da Vila de Curitiba, segundo as listas nominativas de habitantes: 1786-1799**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

²⁴ AEP, inventário de Anna da Silva, 1705.

²⁵ Isso não indica que, necessariamente, a inventariada possuía uma única mobília, porém, é muito provável que os demais artefatos possuíam apenas valor de uso e, por não possuir valor de mercado, não eram arrolados juntos aos bens. (MARTINEZ, 2006, p. 211)

²⁶ AEP, inventário de Anna da Silva, 1705.

²⁷ AEP, inventário de Anna da Silva, 1705.

²⁸ AEP, inventário de Anna da Silva, 1705.

²⁹ AEP, inventário de Anna da Silva, 1705.

necessidade praticamente inexistia, resumindo-se ao sal³⁰. Nos inventários da segunda metade do século XVIII podemos localizar, em quase todos documentos, utensílios profissionais que podem estar relacionados a agricultura, que, conjuntamente ao tropeirismo, foi a principal atividade desempenhada pelos moradores da Vila na segunda metade dos setecentos. No inventário de João Cordeiro Matoso, de 1781, podemos observar dentre os objetos relacionados ao universo profissional *duas foices velhas no valor de trezentos e vinte réis*³¹, *um machado no valor de novecentos réis*³², *quatro enxadas velhas no valor de trezentos e vinte réis*³³, *uma enxó no valor de trezentos e vinte réis*³⁴

A comunidade curitibana, em fins do século XVIII, aparenta ser quase que autossuficiente, não sujeita a crises por falta de gêneros alimentícios, ao contrário de regiões europeias na mesma época. Poderia faltar, eventualmente, um ou outro gênero, mas não se encontram, na documentação do período, notícias de crises de subsistência (BURMESTER, 1974, p. 8)

No mapa de exportação de 1798, localizado no Arquivo do Estado de São Paulo e extraído de SHAAF (1974, p. 20) podemos ter uma ideia dos gêneros utilizados pelos habitantes da Vila e que foram exportados a outras regiões:

Tabela 01: Mapa de exportações da Vila de Curitiba (1798)

GÊNEROS DE EXPORTAÇÃO		
<u>Gêneros</u>	<u>Preço Médio em Réis</u>	<u>Unidade</u>
feijão	400	alqueire
toucinho	1.280	arroba
fumo	1.280	arroba
congonha	140	alqueire
bestas	9.000	cada húa
potros	4.000	cada hú
bois	1.600	cada hú

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, 1798. Extraído de SCHAAF, 1974.

³⁰ BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII segundo os registros paroquiais, 1751-1800.** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

³¹ AEP, inventário de João Cordeiro Matoso, 1781

³² AEP, inventário de João Cordeiro Matoso, 1781

³³ AEP, inventário de João Cordeiro Matoso, 1781

³⁴ AEP, inventário de João Cordeiro Matoso, 1781

Também podemos visualizar no inventário de João Cordeiro Matoso, ainda nos utensílios profissionais, “um ferro de marcar gado no valor de quinhentos e sessenta réis”³⁵, além de uma quantidade significativa de animalia, mais de cem animais, entre cavalos e bois, que convergem com o cenário econômico da época, o tropeirismo, atividade que marcou significativamente a Vila e permitiu a sua inserção no conjunto econômico da América portuguesa.

1.2 Uma nova economia: desenvolvimento do tropeirismo

A descoberta das minas de ouro na região central da América portuguesa, sobretudo na região de Minas Gerais, destinou grande parte da atenção e investimento das autoridades oficiais, tornando-se a principal atividade econômica no momento e substituindo a economia do açúcar. Houve um desenvolvimento da economia colonial que se destinava em atender às demandas europeias. (SANTOS, 2001)

Em decorrência do avanço econômico minerador, a metrópole buscou firmar um controle mais efetivo sob a colônia, adotando inovações políticas e administrativas. Houve a reestruturação do Estado Colonial português, com influências das políticas absolutistas e mercantilistas. (NADALIN, 2001). Esse efervescer econômico possibilitou a integração da região Sul, principalmente da Vila de Curitiba, no conjunto econômico da América portuguesa no decorrer do século XVIII. Essa integração pode ser compreendida pelas seguintes circunstâncias “a região das minas situava-se numa distância inconveniente do Rio de Janeiro, não havia gado, não havia meios de transporte. ” (NADALIN, 2001). Para atender as exigências necessárias às áreas de mineração, surgiu uma integração de Norte a Sul, fornecendo elementos essenciais à área Central. A região do Sul, no qual havia a participação efetiva da Vila de Curitiba, auxiliava, através das tropas, no fornecimento de mantimentos às áreas mineradoras. Os animais eram utilizados tanto para venda, quanto para transportar todo tipo de mercadoria, especialmente gêneros.

A empresa de mineração tornou-se o novo ponto de referência em torno do qual se reestrutura toda a economia brasileira e, em particular, a das grandes áreas sulinas. Estas áreas se organizaram

³⁵ AEP, inventário de João Cordeiro Matoso, 1781

em função do mercado central e inseriram-se num contexto de desenvolvimento até então não experimentado. (SANTOS, p. 25, 2001).

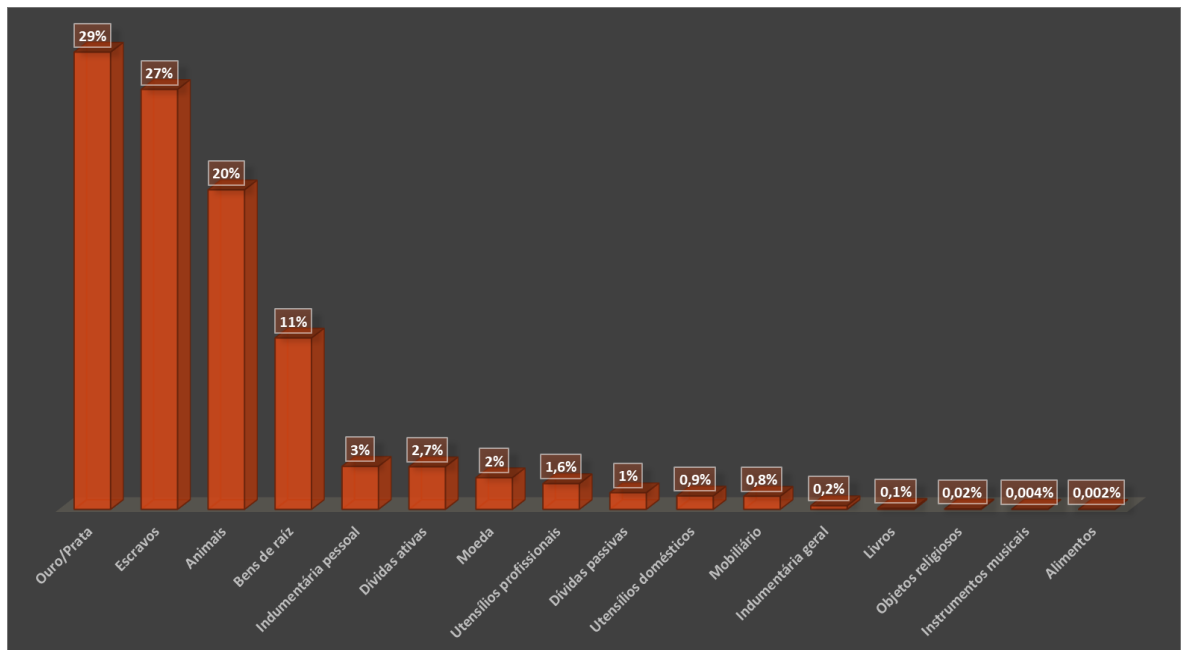
De acordo com Celso Furtado “a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que articulassem as diferentes regiões do sul do país.” (FURTADO, 1967, p. 83). Com essa integração, a criação de animais foi se desenvolvendo gradativamente. Buscaram aumentar o número de fazendas de criação e de invernadas, aos poucos, muitos habitantes da Vila de Curitiba buscaram expandir seus domínios, explorando a região dos Campos Gerais, regiões onde se formaram posteriormente as cidades de Castro, Lapa, Piraí, União da Vitória e Tibagi. Também, começaram a surgir pedidos de sesmarias para as regiões dos Campos de Curitiba e Campos Gerais, vindas principalmente de São Paulo, Santos e Paranaguá. Ademais, no decorrer do século XVIII, muitas famílias tomavam posse dessas terras, fixando-se nelas com seus escravos e cabeças de gado. (SANTOS, 2001). A construção da estrada, em fins da década de 1720, auxiliou na integração efetiva da economia curitibana a outras regiões da América portuguesa.

A construção dessa estrada é acontecimento relevante na história paranaense. Desliga Curitiba do ciclo litorâneo, distanciando-a socialmente de Paranaguá, e incoportando-a ao sistema histórico das guerras de fronteira, dando-lhe oportunidade de uma marcha para o sul, para o norte e para o oeste, de maneira que Curitiba passa a significar o caráter de toda a região que será a futura província. (MACHADO, p. 188, 1987).

A abertura da estrada do Viamão marcou fortemente a Vila e, muito provavelmente, possibilitou o contato com artefatos que anteriormente eram quase inacessíveis, como a indumentária pessoal, que problematizaremos melhor nos próximos capítulos. Esse contexto possibilitou mudanças na cultura material que, conforme podemos observar nos bens presentes nos inventários, foi fortemente influenciada pelo tropeirismo. As fontes nos mostram que 76% (22) dos inventariados da amostra documental possuíam animais e essa categoria era a terceira maior, representando 20% dos bens dos inventariados, ficando atrás de ouro/prata³⁶ e escravos.

³⁶ Nas fontes cartorárias não foram informados como os bens “ouro/prata” foram adquiridos, porém a representatividade dessa categoria pode estar atrelada a mineração, que, como dito, foi umas das principais atividades econômicas da Vila de Curitiba em fins do século XVII e início do XVIII.

Gráfico 1: Distribuição dos bens de habitantes da Vila de Curitiba (1769 – 1796)



Fonte: Arquivo do Estado do Paraná – 1769 – 1795, elaborado pela autora.

Em cinco desses inventários a quantidade de animais é expressiva, ultrapassando o valor de 100\$000 réis, podendo indicar que esses inventariados, não só faziam parte dessa atividade econômica, mas eram bem sucedidos na sua execução. Tomamos como exemplo, novamente, o inventário de Joana Franca de 1785, identificamos que todos seus os animais valiam 1:592\$600 e desses, a maior parte era gado vacum (vacas, bois, bezerros, etc.) citando apenas alguns tinham-se “duzentos e sete vacas soltas no valor de quatrocentos e quinze mil e duzentos réis”³⁷, “noventa e cinco vacas com crias no valor de oitenta e dois mil e quatrocentos e dois mil réis”³⁸, “cinquenta e um novilhos do ano no valor de quarenta mil e oitocentos réis”³⁹; “um cavalo colonial no valor de quatro mil réis”⁴⁰, “um potro colonial no valor de seis mil e quatrocentos réis”⁴¹, entre outros.

³⁷ AEP, inventário de Joana Franca, 1785.

³⁸ AEP, inventário de Joana Franca, 1785.

³⁹ AEP, inventário de Joana Franca, 1785.

⁴⁰ AEP, inventário de Joana Franca, 1785.

⁴¹ AEP, inventário de Joana Franca, 1785.

Em outros inventários há predomínio do gado cavalari (cavalos, éguas, potros, etc.), como no inventário de Antonio Rodrigues de Seixas, de 1795, em que os animais também representam os bens de maior valor “vinte e um potros do ano no valor de vinte e um mil réis”⁴², “cem éguas de ventre no valor de trezentos mil réis”⁴³, “quinze potrancas de dois anos no valor de trinta mil réis”⁴⁴. Eram por meio desses animais que os moradores da Vila se deslocavam nas estradas que ligavam as regiões sul, sudeste, centro-oeste, possibilitando a circulação de pessoas, ideias e mercadorias.

Tabela 2: Distribuição dos bens de Joana Franca (1785)

CATEGORIA	RÉIS (\$)	%
Animais	1:592\$600	68%
Escravos	530\$000	23%
Bens de raiz	142\$800	6%
Indumentária pessoal	54\$250	2%
Utensílios profissionais	6\$160	0,3%
Mobiliário	5\$440	0,2%
Utensílios domésticos	3\$800	0,2%
	2:335\$050	100%

Fonte: Arquivo do Estado do Paraná – 1785, elaborada pela autora

Tabela 3: Distribuição dos bens de Antonio Rodrigues Seixas (1795)

CATEGORIA	RÉIS (\$)	%
Animais	595\$800	65%
Escravos	112\$000	12%
Bens de raiz	101\$400	11%
Dívidas ativas	64\$000	7%
Utensílios profissionais	42\$280	5%
	915\$480	100%

Fonte: Arquivo do Estado do Paraná – 1785, elaborada pela autora.

Nos inventários da segunda metade do século XVIII, após a abertura da estrada do Viamão, identificamos um média de 74 animais por inventário. Em relação ao gado vacum, a média era de 50, entre bois, vacas, bezerros e novilhos. 22 de gado cavalari, 0,9 ovelhas, 0,9 porcos e 0,2 aves.

⁴² AEP, inventário de Antonio Rodrigues Seixas, 1795.

⁴³ AEP, inventário de Antonio Rodrigues Seixas, 1795.

⁴⁴ AEP, inventário de Antonio Rodrigues Seixas, 1795.

Nos documentos anteriores a abertura da estrada a média de animais por inventário é de 48,5% a menos que nos inventários posteriores a 1730. A média do gado vacum era de 30 por inventário. As ovelhas eram em média 13 e gado cavalari uma média de 4 por inventário.

Comparado a quantidade de animais presentes em outras regiões da América portuguesa, os números da Vila de Curitiba da segunda metade dos setecentos são bem maiores. No caso do município de Paraíba do Sul, localizado no Rio de Janeiro, em meados do século XVIII, Sheila de Castro Faria analisou uma média 22 cabeças de gado vacum por propriedade. Essa região tinha como atividade econômica a produção de cana de açúcar e também a criação de animais, que tinha como finalidade suprir as necessidades do mercado interno:

Apesar da junção de atividades, a criação exclusiva de gado para mercado tinha, ainda, papel importante. Afinal, parte considerável dos lavradores não era proprietária de currais. A média do número de vacas parideiras das unidades dedicadas exclusivamente ao gado, 22 cabeças, era maior do que a das que também tinham açúcar, que somavam 18. (FARIA, 1998, p. 244).

É certo que com o desenvolvimento dessa atividade econômica os valores dos animais passaram por uma valorização. No inventário de Anna da Silva de 1705 “uma égua do ano”⁴⁵ custava mil réis, já no inventário de Manoel de Oliveira de 1788 “uma égua do ano”⁴⁶ custava três mil réis, o triplo do valor. No inventário de Maria Bicuda Camacho de 1729 “uma vaca solta”⁴⁷ custava dois mil e oitocentos réis, no inventário de Joana Franca de 1785 “uma vaca solta”⁴⁸ foi avaliada em três mil e duzentos réis.

Os escravos também passaram por uma valorização econômica durante o desenvolvimento do tropeirismo

A decadência do ciclo da mineração no Paraná e o impulso proporcionado às atividades da pecuária pelos mercados centrais da economia brasileira fizeram com que nos primeiros decênios do século XVIII, a mão de obra escrava passasse a ser utilizada nas fazendas. Nesse período, a escravidão indígena ainda existia, mas o escravo negro constituía a grande maioria (SANTOS, 2001, p. 31.).

⁴⁵ AEP, inventário de Anna da Silva, 1705.

⁴⁶ AEP, inventário de Anna da Silva, 1705.

⁴⁷ AEP, inventário de Maria Bicuda Camacho, 1729.

⁴⁸ AEP, inventário de Joana Franca, 1785.

Comparando o bem “escravo” nos inventários anteriores e posteriores a abertura da estrada, temos um ponto relevante: a maior parte dos escravos localizados nos documentos de 1697 a 1729 são indígenas, os *negros da terra*. Os escravos vindos da África são minoria. Já nos inventários da segunda metade do século XVIII não localizamos nenhum *negro da terra*. Conforme explica Stuart Schwartz, a terminologia descrita nos inventários está ligada ao fato de que

havia uma tendência de os europeus reduzirem todos os índios, e até certo ponto também os africanos, a uma terminologia comum o que tende a obscurecer as distinções culturais individuais (...) seu uso para qualificar os índios patenteia o modo como os portugueses encaravam os africanos e indígenas, não tanto com respeito à cor de pele, mas à sua posição social e cultural em relação aos portugueses (SCHWARTZ, 1988, p. 58)

A transição do século XVII para o XVIII foi um momento de instabilidade para a Vila de Curitiba. Aventureiros iam e vinham, em decorrência, também, da decadência da mineração. Era um espaço novo, pouco explorado e conhecido. Para desempenhar novas atividades econômicas nessa região era necessário conhecer essa terra e as condições desse espaço. O nativo dessa região, mais do que fornecer sua força como mão de obra, fornecia conhecimentos sobre o lugar. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, em “Caminhos e Fronteiras” o indígena não é apenas um traço negativo, uma conquista para o bandeirante. Ele se constitui, ao contrário, em um elemento fecundo e positivo, “capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra” (HOLANDA, p. 99-100, 1994).

Segundo Ilana Blaj, em “Sérgio Buarque de Holanda: Historiador da Cultura Material”:

[...] O índio não representa apenas a mão de obra da qual se vale o colono, mas este apropria-se do próprio saber indígena sobre o cultivo da terra, praticando as queimadas, semeando sem planejamento, deixando novamente crescer o mato depois da safra, queimando mais uma vez, esquecendo-se da rotação de cultivos, do esterco e do arado, até o esgotamento do solo, o que o impulsiona para novos espaços a fim de obter novas terras. (BLAJ, 1998, p. 34).

Desse modo, a inexistência do “negro da terra” nos inventários da segunda metade do século XVIII pode estar ligada ao fato de que o indígena era importante para a exploração e povoamento da região, mas, com o desenvolvimento do tropeirismo, havia preferência pelo escravo vindo da África. A diferença no valor do

escravo indígena para o africano pode estar relacionada aos gastos envolvidos com o tráfico transatlântico e por estes desempenharem atividades especializadas. Os exemplos são muitos:

Uma negra da terra de nome Benta no valor de trinta e quatro mil réis⁴⁹;
Um negro da terra de nome Lazaro no valor de trinta e quatro mil réis⁵⁰;
Um escravo de nome Tomé de idade de dezessete anos pouco mais ou menos no valor de setenta mil réis⁵¹; Uma escrava crioula de idade de vinte e oito anos pouco mais ou menor no valor de cem mil réis⁵²

O tráfico negreiro transatlântico tinha como intenção primária suprir a mão de obra necessária a economia do açúcar na região do Nordeste e, posteriormente, às áreas mineradoras.

Os primeiros escravos africanos começaram a ser importados em meados do século XVI; seu emprego nos engenhos brasileiros, contudo, ocorria basicamente nas atividades especializadas. Por esse motivo, eram bem mais caros que os indígenas: um escravo africano custava, na segunda metade do século XVI, cerca de três vezes mais que um escravo índio. Após 1560, com a ocorrência de várias epidemias no litoral brasileiro (como sarampo e varíola), os escravos índios passaram a morrer em proporções alarmantes, o que exigia reposição constante da força de trabalho nos engenhos. (...). Os números do tráfico bem o demonstram: entre 1576 e 1600, desembarcaram em portos brasileiros cerca de 40 mil africanos escravizados; no quarto de século seguinte (1601-1625), esse volume mais que triplicou, passando para cerca de 150 mil os africanos aportados como escravos na América portuguesa, a maior parte deles destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar. [...]

[...] O volume do tráfico transatlântico de escravos para a América portuguesa, que já era o maior do Novo Mundo, duplicou na primeira metade do Setecentos. Entre 1701 e 1720, desembarcaram nos portos brasileiros cerca de 292 mil africanos escravizados, em sua maioria destinados às minas de ouro. Entre 1720 e 1741, novo aumento: 312,4 mil indivíduos. Nas duas décadas seguintes, o tráfico atingiu seu pico máximo: 354 mil africanos escravizados foram introduzidos na América portuguesa entre 1741 e 1760. (MARQUESE, 2006, p. 111 – 114).

Na maior parte dos inventários do século XVIII é informado o nome do escravo, sua idade e valor, no entanto em alguns inventários a descrição é mais

⁴⁹ AEP, inventário de Jorge da Costa Vasconcelos, 1720.

⁵⁰ AEP, inventário de Jorge da Costa Vasconcelos, 1720.

⁵¹ AEP, inventário de Ighes Xavier das Chaves, 1786.

⁵² AEP, inventário de Pedro Ribeiro Andrade e Luiza Vaz Torres, 1769.

detalhada, contendo, também, sua origem e profissão, como se pode observar dos exemplos abaixo:

Um escravo mulato de nome Bento de idade de trinta e cinco anos pouco mais ou menor, mineiro e carpinteiro, no valor de cem mil réis⁵³; Um escravo de nome Francisco da Guiné de idade de vinte e cinco anos no valor de cem mil réis⁵⁴; Outro escravo de nome João do Gentio da Guiné de idade de setenta anos pouco mais ou menor no valor de vinte mil réis⁵⁵; Um escravo de nome Luis da nação Benguella de idade de vinte e cinco anos no valor de oitenta mil réis⁵⁶; Uma escrava de nome Maria da nação Angola de idade de cinquenta e sete anos no valor de trinta mil réis⁵⁷.

Algumas vezes mencionava até condições físicas do escravo “outro escravo de nome Francisco mulato com lesão nos pés de idade de dezoito ano no valo de oitenta e cinco mil réis”⁵⁸.

Os escravos estão presentes em 59% dos inventários da segunda metade do século XVIII. Notamos que quanto maior o número de animais, maior o número de cativos. Como no inventário de Joana da Franca, destacado anteriormente em relação a quantidade de animália. A inventariada possuía nove escravos que, possivelmente, era a principal mão de obra na criação dos animais. Em contrapartida, temos inventariados que possuíam um ou dois escravos, que poderiam auxiliar as famílias nas atividades domésticas ou agricultura.

Hebe de Castro analisa espaço geográfico e período distinto desta pesquisa, o município de Capivary, no século XIX, mas ressalta a importância da mão de obra escrava, mesmo nos pequenos domicílios. Até os indivíduos menos afortunados contavam com um ou dois escravos, conforme vimos nas observações acima:

O número de membros da família capazes de trabalhar e a possibilidade de contar com um ou dois escravos determinava a importância que o trabalho complementar chegava a assumir na reprodução da existência dos menos afortunados (CASTRO, 1987, p. 107).

⁵³ AEP, inventário de Igenes Xavier das Chaves, 1786.

⁵⁴ AEP, inventário de Simão Gonçalves Andrade, 1783.

⁵⁵ AEP, inventário de Joana Franca, 1785.

⁵⁶ AEP, inventário de Anna Pereira da Silva, 1788.

⁵⁷ AEP, inventário de Anna Pereira da Silva, 1788.

⁵⁸ AEP, inventário de Izabel Maria de Andrade, 1788.

O funcionamento dessa sociedade dependia desses sujeitos. O que seriam dos primeiros exploradores da região, em busca dos metais preciosos, sem o saber indígena? Seria possível o desenvolvimento e sucesso do tropeirismo sem a mão de obra escrava? Certamente, não.

1.3 As pessoas da Vila: população e ocupações profissionais dos livres e escravos

Conforme mencionado, no início do século XVIII a Vila de Curitiba contava com aproximadamente 1400 habitantes e 200 casas. Em 1786, de acordo com as listas nominativas, a Vila possuía 4515 moradores, entre livres e escravos. De 1786 a 1798 essa população cresceu 45%, conforme tabela 4. A atividade econômica em questão pode ter atraído moradores a Vila de Curitiba em busca de ascensão profissional e social.

Tabela 4: população total da Vila de Curitiba nos fins do século XVIII

POPULAÇÃO TOTAL DA VILA DE CURITIBA NOS FINS DO SÉCULO XVIII				
ANOS	TOTAL HOMENS	TOTAL MULHERES	TOTAL ESCRAVOS	TOTAL POPUL.
1786	1.731	1.766	1.018	4.515 (22)
1787	1.671	1.727	941	4.339 (23)
1788	1.671	1.707	944	4.322 (24)
1789	1.798	1.911	961	4.670 (25)
1790	1.883	1.999	990	4.872 (26)
1791	1.978	2.054	1.006	5.038 (27)
1792	2.093	2.231	1.045	5.369 (28)
1793	2.024	2.159	1.044	5.227 (29)
1795	2.317	2.469	1.120	5.906 (30)
1796	2.424	2.465	1.120	6.009 (31)
1798	2.575	2.818	1.172	6.565 (32)

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, 1786 -1798. Extraído de SCHAFF, 1974

Joacir Navarro Borges (2017) demonstra que na Vila existiam dois grupos distintos, mas com interesses em comum: busca por ascensão social. Eram os arraigados e os forasteiros. Os arraigados chegaram nesse local antes da abertura do Viamão, nasceram na Vila de Curitiba e pertenciam a famílias mais tradicionais. Já os forasteiros se estabeleceram na Vila posteriormente a abertura da estrada e foram atraídos pela perspectiva de lucro da economia tropeira. Esses dois grupos disputavam poder político, econômico e social.

A abertura do caminho do Viamão trouxe uma nova dinâmica para a economia regional, atraindo um fluxo constante de muares e homens “volantes” que despunham de recursos e precisavam ser abastecidos com todo tipo de fazendas secas e molhadas. Isso atraiu para a região de Curitiba inúmeros mercadores dispostos a lucrar satisfazendo as necessidades dos tropeiros. É certo que vários moradores já antigos da Vila perceberam as novas chances de lucro e fizeram alianças estratégicas com os forasteiros. Outros, os arraigados, permaneceram defendendo a sua posição. (BORGES, 2017, p. 112)

A atividade do tropeirismo acabou mais concentrada na mão dos forasteiros, haja visto o apoio do governador da Capitania, Dom Luis de Mascarenhas (1739 a 1748), ao grupo dos forasteiros. A atividade tropeira possibilitou que muitos indivíduos se ascendessem social e economicamente.

Além da criação de animais e da agricultura de subsistência, o que mais sabemos sobre esses indivíduos? De acordo com o mapa das profissões de 1798, existia na Vila distintos ofícios:

Tabela 05: ocupações dos habitantes da Paróquia de Curitiba no ano de 1798

Escravas	635
Escravos	602
Agricultores	541
Arrieiros	86
Artistas	53
Negociantes	43
Pessoas assalariadas	39
Vadios e mendigos	20
Magistratura e Empregos Civis	12
Jornaleiros	10
Caiadores	10
Clero Secular	7
Mineiros	3
Solicitador de causas	2
Clero Regular	1

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, 1798. Extraído de SCHAAF, 1974⁵⁹

A quantidade presente na tabela representa 31% da população de 1798, podendo, então, ocorrer algumas variações. Conforme demonstra Mariza Budant Schaaf (1974), os tropeiros, ou arrieiros, conforme descrito no mapa, na maior

⁵⁹ Tabela extraída da obra de SCHAAF, 1974. A autora trouxe as ocupações dos habitantes da Vila de Curitiba de acordo com as informações presentes nas listas nominativas.

parte das vezes desempenhavam a função longe de seus domicílios e, por esse motivo, podem não ter sido inseridos em determinados levantamentos de dados. Nos inventários da segunda metade dos setecentos podemos perceber, através de alguns artefatos, indícios de qual atividade desempenhava o inventariado. Como em documento de 1778 em que o inventariado possuía “ferramenta de carpinteiro no valor de mil e duzentos e oitenta réis”⁶⁰.

Mara Fabiana Barbosa (2003) em sua pesquisa sobre o comércio e o artesanato na Vila de Curitiba na segunda metade do século XVIII nos mostra, através dos Alvarás de Licença, que existia na Vila 41 artesãos divididos em 08 ofícios: alfaiate, sapateiro, seleiro, carpinteiro, marceneiro, ferreiro, serralheiro e pedreiro. Além do tropeirismo, a Vila de Curitiba contava com certa diversidade de ocupações profissionais.

⁶⁰ AEP, inventário de PC22362 78, 1778.

Capítulo 2

A circulação de artefatos ligados a indumentária pessoal

Durante o século XVIII Rio de Janeiro e Salvador assumiram uma posição importante dentro do Império Português. Além do comércio realizado entre América, Europa e África, existia uma ligação importante com regiões da Índia portuguesa, como Goa, Dio, Damão e, demais partes da Ásia como, por exemplo, Macau⁶¹. Nesse comércio, para além do Atlântico, produtos brasileiros como o fumo e jeribita serviam de moeda de troca por escravos e artigos de luxo indianos e chineses. Essas mercadorias eram levadas a Europa ou vinham diretamente aos portos de Salvador e Rio de Janeiro, em muitas vezes, via contrabando.

O grosso das fazendas do navio era constituído de panos, especiarias e louças. Ao lado da jeribita e das armas de fogo, os panos eram parte de tríade de mercadorias essenciais nos negócios dos sertões. Sua associação com o tráfico de escravos era tão forte que eram conhecidas como fazendas de negro. A grande maioria da carga, contudo, aí entrando panos finos e louças, tinha como mercado principal o Brasil. Na verdade, Luanda não era mais do que mero ponto de passagem no caminho das fazendas provenientes de Goa. Com a escala na cidade, os negociantes supriam dois mercados, o brasileiro e o angolano (FERREIRA, 2001, p. 351)

É muito provável que a Vila de Curitiba estivesse inserida nessa dinâmica dos mercados intercoloniais graças ao caminho de Viamão que ligava esse espaço a outras regiões, inclusive regiões centrais da América portuguesa. Os contatos com esses produtos poderiam ser feitos em São Paulo, que recebiam mercadores da capital (Rio de Janeiro), ou diretamente no Rio de Janeiro, por onde as tropas poderiam passar.

Nesse capítulo iremos identificar quais foram os meios que permitiram o acesso aos artefatos presentes na documentação, especialmente aqueles ligados a indumentária pessoal, para que possamos problematizar a posse desses bens no terceiro capítulo.

⁶¹ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente**. Séculos XVI-XIX. Topoi, v. 2, n. 3, p. 9-40, Rio de Janeiro 2001.

2.1 O comércio local

Mara Fabiana Barboza (2003), utilizando-se de 919 alvarás de licença, constatou que na segunda metade do século XVIII existiam na Vila de Curitiba 59 negócios legais, que tiveram autorização da Câmara Municipal: duas vendas, duas lojas, um negócio de mercancia, dez negócios com a porta aberta, quarenta e um artesãos divididos em oito ofícios: alfaiate, sapateiro, seleiro, carpinteiro, marceneiro, ferreiro, serralheiro e pedreiro.

Nas lojas vendiam-se apenas fazendas secas, como armarinhos, tecidos, artigos para a indumentária, utilidades domésticas e perfumaria. Já nas vendas, além de comercializarem os artigos que também se encontravam nas lojas, vendiam-se gêneros de molhados. Nessas lojas e vendas os moradores podiam comprar roupas prontas ou compravam tecidos que eram encaminhados aos artesões (alfaiates e costureiras) para confecção de vestimentas.

Grande parte dos produtos que abasteciam esses negócios foram adquiridos nos centros da América portuguesa, São Paulo e Rio de Janeiro. Essas mercadorias eram transportadas através dos animais e chegavam até os mercados da Vila de Curitiba. Para a região de São Paulo no mesmo período, o cenário era similar em relação os produtos vendidos nas loja e vendas de secos e molhados. Maria Aparecida Menezes Borrego (2006) identificou que o “arrolamento das mercadorias mais uma vez comprova que pelo menos nestas lojas não havia especialização de mercadorias, ou seja, se vendia quase tudo. Além disso, o estoque denuncia que muitos artigos eram importados” (BORREGO, 2006, p, 76).

Localizamos um número expressivo de tecidos dentro dos inventários da segunda metade dos setecentos. Os tecidos são os que mais apareceram dentro da categoria “indumentária pessoal”. Possivelmente a prática de comprar o tecido para confeccionar peças de roupa era comum na Vila de Curitiba, mais do que comprar uma vestimenta pronta. No inventário de Isabel Martins Valença de 1783 os bens arrolados se limitam, praticamente, a indumentária pessoal, que representa 92% do seu patrimônio. Os artefatos dessa categoria são, com exceção a um chapéu, somente tecidos.

Dois côvados de baeta azul no valor de mil oitocentos réis; Dois côvados de baeta preta no valor de dois mil réis; Dois côvados de

baeta preta no valor de dois mil duzentos e vinte réis; Três varões de algodão velho no valor de oitocentos e quarenta réis; Três varões de algodão velho no valor de quatrocentos e vinte réis; Uma meada de linho no valor de cem réis; Três varões de algodão no valor de oitocentos e vinte réis; Uma meada de linho no valor de cem réis; Uma meada de linhas no valor de trezentos e vinte réis; Dois varões de bertanha no valor de novecentos réis.⁶²

Esse exemplo pode demonstrar, como dito anteriormente, uma prática de comprar tecidos e confeccionar peças de roupas. Ou, até mesmo, essa inventariada poderia possuir comércio na região e esses bens descritos em seu inventário eram parte do estoque de sua loja, mas, infelizmente, não encontramos mais documentos de Isabel Martins Valença para comprovar essa informação.

Os Artesões da aparência: o alfaiate e o sapateiro

Havia na Vila de Curitiba, na segunda metade do século XVIII, nove alfaiates e dez sapateiros, os únicos profissionais encontrados nesse espaço que trabalhavam com vestuário. Para exercer as duas profissões era necessário solicitar licença na Câmara Municipal da Vila de Curitiba. Devemos considerar, também, a possibilidade de comércios e ofícios informais. Exemplo de um pedido de licença para atuar na função de alfaiate:

Diz José Rodrigues morador desta Vila que ele suplicante quer usar de seu negócio digo de seu oficio de alfaiate com porta aberta e como não pode fazer ser licença de vossas mercês, portanto pede a vossas mercês sejam servidos mandar passar alvará de licença na forma do estilo.

Curitiba em câmara vinte e cinco de janeiro de mil e setecentos e sessenta e seis anos⁶³

De acordo com o dicionário de Bluteau, alfaiate é o que talha e coze, vestidos de homem ou mulher⁶⁴. Eram os responsáveis por vestir a população da Vila no geral, contudo o acesso a esse profissional deveria ser restrito aos moradores com maiores condições econômicas e sociais, haja visto que eram responsáveis por confeccionar roupas novas. Segundo Marco Aurélio Drummond:

⁶² AEP, inventário de Izabel Martins Valença, 1783

⁶³ Arquivo do Estado do Paraná, Alvarás de licença, 1766 – 1770, volume 17.

⁶⁴ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez e latino... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario>. Acesso em dezembro de 2019.

É possível, ainda, perceber que o alfaiate atendia à clientela masculina e feminina, sem restrições. Entretanto, cabia-lhe a confecção de roupa nova, sobretudo as “roupas de cima” ou “roupas de cor” não sendo de seu ofício fazer re-trabalhos em peças já confeccionadas. Entretanto, em função da valorização da sua mão-de-obra, possuir uma roupa confeccionada por um alfaiate, pode ter ficado restrito a uma menor parcela da população. (DRUMMOND, 2008, p. 77)

Manoel Inácio da Fonseca, um dos inventariados no nosso rol documental exercia o ofício de alfaiate, conforme identificamos nos Alvarás de Licença e em um artefato ligado a essa profissão presente em seu inventário “uma tesoura grande de alfaiate no valor de quatro centos oitenta réis⁶⁵”. O monte-mor desse indivíduo não era tão expressivo em relação aos inventários que se dedicavam a criação de animais, todos os seus bens foram avaliados em 127\$860. Possuía uma casa coberta de palha, uma única escrava, que poderia auxiliá-lo em sua oficina de alfaiate, alguns utensílios profissionais, vestimentas e duas mobílias:

Uma morada de casas nesta Vila cobertas de palha com duas portas no valor de cinquenta e quatro mil réis; Uma crioula escrava por nome Francisca de idade de catorze anos pouco mais ou menos no valor de sessenta e quatro mil réis; Um machado velho no valor de trezentos e vinte réis; Uma serra pequena no valor de seiscentos e quarenta réis; Uma enxó no valor de oitocentos réis; uma tesoura grande de alfaiate no valor de quatro centos oitenta réis; Uma caixa de quatro palmos de comprido no valor de novecentos réis; Um catre no valor de seiscentos e quarenta réis; Um par de fivelas de calça no valor de seiscentos réis; Um cação de baeta vermelha no valor de mil e seiscentos réis; Um par de meias de algodão com seu uso no valor de trezentos e vinte réis; Uma vestia preta com bastante uso no valor de novecentos e sessenta réis; Um par de brincos de ouro no valor de mil e duzentos réis.⁶⁶

Em relação ao ofício de sapateiro, na segunda metade do século XVIII a Vila de Curitiba contava com dez profissionais, que também deveriam ser procurados pelos indivíduos mais afortunados da região, tendo em vista que calçar-se não era um hábito tão comum na Colônia.

O ofício de sapateiro era outro que não estava entre as atividades mais requisitadas nos precários mercados coloniais. Sérgio Buarque de Holanda comenta que dada a importância social do calçado, sapateiro era um dos ramos mais reputados do artesanato colonial, pois se já

⁶⁵ AEP, inventário de Manoel Inácio da Fonseca, 1785.

⁶⁶ AEP, inventário de Manoel Inácio da Fonseca, 1785.

era difícil vestir-se neste período, andar calçado deveria ser mais improvável ainda (BARBOSA, 2003, p. 60-51)

Identificamos apenas quatro calçados nos inventários aqui utilizados, representando apenas 2% dos artefatos presentes na categoria “indumentária pessoal”.

Tabela 6: Categorias de vestimentas nos inventários de 1769 a 1795

CATEGORIA	QTDE	%
Tecidos/Roupas	143	71%
Acessórios	54	27%
Calçados	4	2%
Total Geral	201	100%

Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Esses quatro calçados estão presentes em inventários distintos, em que a categoria “Indumentária pessoal” é bastante considerável. Esses quatro indivíduos possuíam diversas vestimentas, feitas de matérias-primas mais sofisticadas e, algumas, importadas, como indica uma vestimenta no inventário de José Alves de Oliveira de 1785 “duas camisas de bretanha da França no valor de quatro mil réis”⁶⁷. Possivelmente a condição econômica desses sujeitos os possibilitavam contratar os serviços de um alfaiate e/ou sapateiro. Segue exemplo de todas as vestimentas presentes no inventário citado acima:

Um vestido e um calção de cetim no valor de cinco mil réis; Um fraque de chita e um calão no valor de três mil e duzentos réis; Uma veste e um calção de cetim muito velho no valor de seiscentos réis; Um espartilho de lã muito velho no valor de cento e vinte réis; Um espartilho sem mangas novo de linho no valor de trezentos e vinte réis; Um colete de seda muito velho em preço de oitenta réis; Uma roupinha de cabaia amarela usada no valor de duzentos réis; Dois côvados e meio de cabaia amarela toda furada no valor de oitocentos e quarenta réis; Uma capinha de brilhante de lã muito usado no valor de quatrocentos réis; Duas camisas de bertanha no valor de mil oitocentos e noventa réis; Duas camisas de bertanha da França no valor de quatro mil réis; Cinco pares de meias brancas muito usadas no valor de trezentos e vinte réis; Um par de meias de seda preta já usado no valor de mil duzentos e oitenta réis; Um par de botas velhas no valor de oitenta réis; Um par de fivelas de prata no valor de dois mil e duzentos réis.⁶⁸

⁶⁷ AEP, inventário de José Alves de Oliveira, 1785.

⁶⁸ AEP, inventário de José Alves de Oliveira, 1785.

Um dado importante constatado por Mara Fabiana Barbosa nos oferece mais um elemento para pensar a importância da posse de artefatos ligados a indumentária pessoal. No ano de 1777 os artesões que tiraram licença para trabalhar com seus ofícios na Vila de Curitiba foram apenas alfaiates, sapateiros, carpinteiros e ferreiros. Segundo a autora eram muito os alfaiates que trabalharam na Vila nesse ano e não foram identificados nenhum seleiro, marceneiro, serralheiro ou pedreiro. Dito isso, podemos inferir que se existia mercado para esses profissionais da aparência, logo existia demanda e procura por esse tipo de serviço.

Segundo os registros das licenças somente quatro diferentes ofícios aparecem em 1777: alfaiate, carpinteiro, ferreiro e sapateiro. Poderíamos então supor que neste ano pedreiro algum executou obras na Vila e que, por outro lado, foram muitos os alfaiates, sendo assim, o comércio de tecidos estava bem servidos” (BARBOSA, 2003, p. 65)

2.2 O comércio interno

Além dos comércios fixos que discutimos a pouco, também existia os comércios ambulantes, que se formavam no decorrer das estradas por onde passavam os tropeiros. Nessas passagens poderiam circular mercadorias que vinham de todas as regiões da América portuguesa e, pensado no contexto do Império português, mercadorias advindas de outras partes do domínio lusitano, como as já referidas regiões de Goa e Macau. O desenvolvimento do tropeirismo, que ressaltamos ao longo do trabalho, marcou fortemente a economia da Vila de Curitiba. Em razão disso, a nossa principal hipótese é que essa atividade econômica, juntamente com a abertura da estrada do Viamão, ampliou muitas possibilidades a esses moradores, principalmente no que se diz respeito ao contato com tipos variados de produtos/mercadorias.

Esse comércio e artesanato não se restringiram espacialmente somente ao que teria sido o núcleo central da vila; ao contrário disso, as atividades comerciais se espalharam pelas suas freguesias, pelos seus bairros, pelos seus arraiais, e até mesmo pelas estradas por onde passavam os tropeiros. Por pertencer a capitania de SP, que estava ligada aos fluxos comerciais controlados pelos negociantes de grosso trato estabelecidos no RJ, supõe-se que Curitiba também fosse abastecida pelos negociantes da praça fluminense (BARBOSA, 2003, p. 55)

Da nossa amostra documental, a maior parte dos inventários, 83%, estão concentrados na década de 80, os demais são do ano de 1769, 1778 e 1795, de 39 a 65 anos após a abertura da estrada do Viamão. Ou seja, a maior parte dos bens que esses indivíduos acumularam no decorrer de suas vidas estão quase, ou totalmente, inseridos nesse contexto. A Vila de Curitiba, em termos de primeira necessidade, era uma Vila autossuficiente, possuía uma agricultura de subsistência bem consolidada e a terra era propícia para criação de animais, mas existia a necessidade de importar artefatos, como as vestimentas feitas de tecidos finos, que, embora não sejam imprescindíveis a sobrevivência, supriam outros tipos de necessidades.

Para tentarmos demonstrar como esse contexto ampliou as possibilidades desses sujeitos iremos trazer alguns dados comparativos em relação a cultura material antes e depois da abertura do Viamão. Para isso, iremos utilizar nove inventários do período de 1697 a 1729 (antes da abertura da estrada) e os vinte e nove, de 1769 a 1795 (após a abertura da estrada) que compõe o principal rol documental dessa pesquisa. Temos consciência que se trata de um número reduzido de documentos, mas, como mencionado, são as únicas fontes dessa tipologia que temos acesso para o espaço e período em questão. Reforçamos também que, por esse motivo, nossa intenção é trazer algumas inferências e hipóteses para pensarmos a posse e circulação desses artefatos.

Nos inventários referentes a segunda metade do século XVIII, identificamos que a categoria indumentária pessoal está presente em quase todos os documentos, em 79%. Quase a mesma quantidade que identificamos para a categoria “animais”, que está presente em 76% dos inventários. Da mesma forma que possuir animais era importante naquele contexto, pois era uma das principais atividades econômicas da região, possuir peças ligadas ao vestuário também era essencial. Desses inventariados que possuíam vestimentas, identificamos mais de uma peça confeccionada por tecidos finos e sofisticados. Iremos detalhar e discutir individualmente sobre o tipo de indumentária, matéria prima que eram feitas, adjetivos, entre outras questões no próximo capítulo, o fato que pretendemos destacar até então é a expressividade desse tipo de artefato dentro dos documentos da segunda metade dos setecentos. Em relação aos inventários de 1697 a 1729, anteriores a abertura do

Viamão, a categoria “indumentária pessoal” está presente em um pouco mais da metade desses documentos, 55%.

Gráfico 2: Representatividade da categoria “Indumentária pessoal” nos inventários de 1769 a 1795



Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Gráfico 3: Representatividade da categoria “Indumentária pessoal” nos inventários de 1697 a 1729



Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Outro dado que consideramos importante destacar são os tecidos localizados nos documentos da primeira e segunda metade do século XVIII. Os tecidos presentes nos inventários de 1765 a 1798 são mais diversos e a maior parte que localizamos nas

fontes desse período não estão presentes nos documentos anteriores, como podemos observar nas tabelas abaixo:

Tabela 7: Matéria prima das vestimentas dos inventários de 1697 a 1729 (viés comparativo)

MATÉRIA PRIMA	QTDE	%
Seda	7	39%
Baeta	6	33%
Serafina	2	11%
Brim	1	6%
Damasco	1	6%
Tafetá	1	6%
Total Geral	18	100%

Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Tabela 8: Matéria prima das vestimentas dos inventários de 1765 a 1798 (viés comparativo)⁶⁹

MATÉRIA PRIMA	QTDE	%
Ouro	24	15%
Baeta	20	13%
Seda	18	12%
Linho	13	8%
Bretanha	11	7%
Chita	10	6%
Algodão	9	6%
Prata	8	5%
Pano	7	5%
Cetim	7	5%
Camelão	6	4%
Droguete	4	3%
Lã	3	2%
Pedra	3	2%
Renda	2	1%
Riscado	2	1%
Cabaia	2	1%
Plumas	1	1%
Sarja	1	1%

⁶⁹ Inserimos essa tabela nesse momento do trabalho com o intuito de comparar a matéria-prima das vestimentas antes de depois da abertura do Viamão. Essa mesma tabela será inserida novamente no capítulo 3, com o objetivo de discutirmos individualmente esses materiais.

Tafetá	1	1%
Palha	1	1%
Veludo	1	1%
Aljôfares	1	1%
Total Geral	155	100%

Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Conforme mencionado, iremos discutir individualmente cada matéria prima no próximo capítulo, mas, conforme podemos observar, muitos tecidos que localizamos nos inventários da segunda metade do século XVIII não estavam presentes nos inventários da primeira metade dos setecentos, como por exemplo bretanha, camelão, chita, droguete e linho. Embora a amostragem de fontes não seja expressiva em relação a população da Vila naquele período, mas, trabalhando com os dados que temos disponíveis, podemos levantar algumas questões em relação a circulação de mercadorias na Vila de Curitiba na transição do século XVII para o XVIII. Como a atividade do tropeirismo se intensificou sobretudo após 1730, com a abertura da estrada do Viamão, é muito provável que os habitantes da Vila nesse período não tivessem acesso a muitas mercadorias, não havia uma diversidade de produtos que abastecessem os comércios locais e os moradores viviam, portanto, de maneira mais simples/elementar.

Um inventário que nos chamou atenção para esse cenário foi o de João Leme da Silva do ano de 1697. A quantidade de escravos que esse inventariado possuía era enorme, trinta e seis escravos *negros da terra* e vinte e cinco africanos, totalizando sessenta e um escravos, a maior quantidade que já localizamos dentre todos os documentos trabalhados nessa pesquisa, da primeira e segunda metade do século XVIII. Esses escravos foram avaliados em 1:410\$000 réis.

Um negro da terra de nome Antonio, com sua mulher de nome Maria e sua filha de nome Mariana avaliados em sessenta mil réis; Uma negra da terra de nome Asença no valor de trinta mil réis; Um negro rapagão de nome Brás no valor de quarenta mil réis; Um negro da terra de nome Thomas com sua mulher e duas filhas: Catarina e Sebastiana no valor de noventa e cinco mil réis; Um negro da terra de nome Romão com sua mulher Ellena e filho Battazar no valor de setenta e cinco mil réis; Uma negra da terra de nome Anna no valor de trinta e cinco mil réis; Um negro da terra de nome Vicente com sua mulher Úrsula, ambos velhos no valor de trinta e dois mil réis; Um rapagão bugre de nome Guaca no valor de trinta mil réis; Um negro da terra no valor de quarenta mil réis; Um negro da terra de nome Florentino com sua mulher Dufina e dois filhos: Vicente e Santinho no valor de cento

e dez mil réis; Um multado de nome Pascal com sua mulher negra da terra e três filhos: Ignácia, Inoscencia e Salvador no valor de cento e trinta mil réis; Um negro da terra de nome Amaro e um filho apenas em quarenta mil réis; Uma negra da terra de nome Gracia no valor de trinta e dois mil réis; Um negro da terra de nome Gaspar no valor de quarenta mil réis; Um negro da terra de nome Filipe no valor de dez mil réis; Uma negra da terra de nome Livia no valor de vinte e cinco mil réis; Um rapagão novo da terra no valor de vinte mil réis; Um negro ancião novo da terra no valor de catorze mil réis; Um negro da terra de nome João no valor de quarenta mil réis; Duas negras novas e uma rapariga nova no valor de vinte e quatro mil réis; Um negro de nome Antonio, com sua mulher de nome Maria e sua filha de nome Mariana no valor de cinquenta mil réis; Um negro de nome Matias, com sua mulher de nome Derotea e cinco filhos: Simão, Joseph, Amaro, Oláya e Maria no valor de cento e trinta mil réis; Uma negra de nome Sipriana no valor de trinta e cinco mil réis; Um negro de nome Domingos com sua mulher de nome Tereza e dois familiares: Catarina e Benta no valor de noventa mil réis; Uma negra de nome Visencia no valor de trinta e dois mil réis; Uma negra de nome Silvana no valor de trinta e cinco mil réis; Um negro de nome Pedro no valor de quarenta mil réis; Uma negra de nome Izabel no valor de dezesseis mil réis; Um negro de nome Simão no valor de quarenta mil réis; Uma negra de nome Joana no valor de dez mil réis; Uma negra de nome Romana no valor de dez mil réis.⁷⁰

Em decorrência da quantidade de escravos que esse inventariado possuía, podemos supor que era um sujeito com condições econômicas favoráveis, no entanto, em relação a categoria “indumentária pessoal”, os únicos bens arrolados em seu inventário eram “algumas meias de seda no valor de dois mil réis⁷¹ e um chapéu branco no valor de mil réis”⁷². É necessário considerar que poderiam haver vestimentas que não fossem mencionados dentro do cabedal dos inventariados, talvez por não possuir valor de mercado, por serem feitas de tecidos mais simples, restrito ao uso doméstico ou profissional.

Essa escassez dentro do inventário de João Leme da Silva não estava situada somente dentro da categoria “indumentária pessoal”. Os demais bens presentes no inventário desse sujeito se limitavam a alguns animais:

Treze vacas e um boi no valor de vinte e oito mil réis; Oito bezerros no valor de quatro mil réis; Um cavalo selado sem freado no valor de sete

⁷⁰ AEP, inventário de João Leme da Silva, 1697.

⁷¹ AEP, inventário de João Leme da Silva, 1697.

⁷² AEP, inventário de João Leme da Silva, 1697.

mil réis; Dois capados grande, um pequeno e duas porcas no valor de cinco mil e seiscentos réis.⁷³

Um número maior de utensílios profissionais:

Uma espingarda de cinco palmos no valor de oito mil réis; Uma escopeta de cinco palmos no valor de cinco mil réis; Uma escopeta de três palmos e meio no valor de cinco mil réis; Uma escopeta de três palmos no valor de quatro mil réis; Alguns pesos de meia arroba com sua balança de ferro no valor de três mil e duzentos réis; Uma corrente de três braças e meia com doze colares e três algemas no valor de cinco mil réis; Uma balança de cortar e pesar ouro no valor de mil réis; Duas espadas soltas no valor de três mil réis; Um tresado de duas contas no valor de mil réis; Onze foices no valor de três mil quinhentos e vinte réis; Cinco machado no valor de dois mil réis; Um almocafre e uma balança de de três palmos e meio no valor de mil réis; Uma espingarda no valor de oito mil réis; Um par de colchetes no valor de seiscentos e sessenta réis.⁷⁴

E, por fim, algumas peças de mobiliário:

Uma frasqueira de oito frascos no valor de três mil réis; Um alambique de cobre com seu capelo e cano no valor de trinta e cinco mil réis; Um baú no valor de dois mil e quinhentos réis; Uma caixa velha de quatro palmos no valor de mil duzentos e oitenta réis; Um caixão no valor de dois mil réis; Uma tambuladeira de prata de duas alças no valor de mil e oitocentos réis; Um tacho meão no valor de dois mil réis; Um prato de estanho grande no valor de mil e seiscentos réis; Duas toalhas grandes no valor de mil e duzentos réis; Uma caixa pequena no valor de sessenta e quatro réis.⁷⁵

Em contrapartida, temos como importante exemplo o inventário de José Henrique Figueiredo de 1783. Esse inventariado possuía apenas dois escravos “uma mulata escrava por nome Anna de idade de vinte e cinco anos pouco mais ou menos no valor de oitenta mil réis”⁷⁶ e “um mulato escravo por nome Joaquim de idade de seis anos pouco mais ou menos no valor de quarenta mil réis”⁷⁷ e alguns animais “doze cavalos coloniais no valor cada um de sete mil réis que todos eles fazem a importância de oitenta e quatro mil réis; Mais treze cavalos no valor cada um de três mil réis que todos fazem a importância de nove mil réis”. O poder econômico de João Leme da Silva, de acordo com os bens presentes em seu inventario, demonstram ser

⁷³ AEP, inventário de João Leme da Silva, 1697.

⁷⁴ AEP, inventário de João Leme da Silva, 1697.

⁷⁵ AEP, inventário de João Leme da Silva, 1697.

⁷⁶ AEP, inventário de José Henrique Figueiredo, 1783.

⁷⁷ AEP, inventário de José Henrique Figueiredo, 1783.

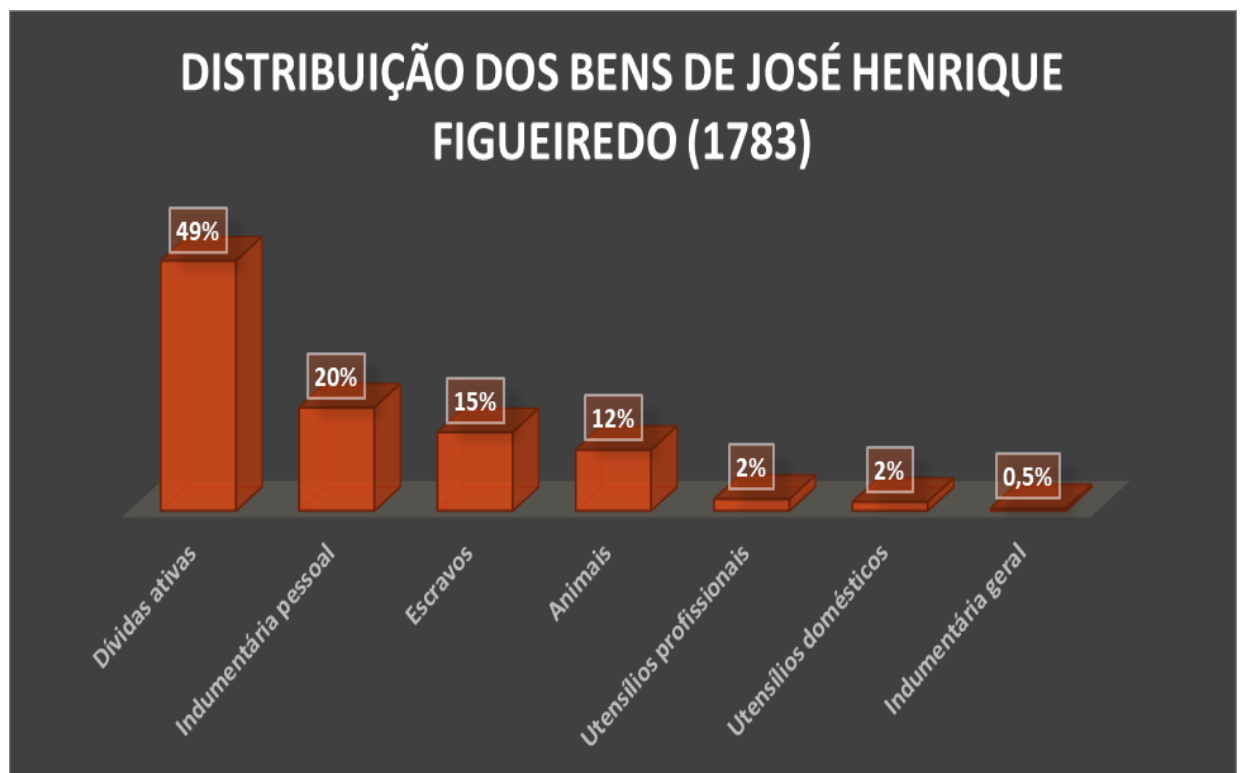
bem maiores em relação ao de José Henrique Figueiredo, mas, ainda assim, a categoria “indumentária pessoal” desse inventariado é impressionante, todas as suas vestimentas foram avaliadas em 157\$960 réis, ficando atrás somente das dívidas ativas que foram avaliadas em 382\$625. José Figueiredo possuía:

Uma saia de cetim preta no valor de oito mil réis; Uma saia de cetim de flores no valor de oito mil réis; Uma saia no valor de dois mil réis; Um (ilegível) de pano no valor de cinco mil e quinhentos réis; Uma capa de pano no valor de seis mil réis; Um chapéu fino usado com suas plumas no valor de dois mil duzentos e quarenta réis; Outro chapéu fino no valor de mil novecentos e vinte réis; Outro chapéu de Braga no valor de oito centos réis; Um par de manquitos pretos de mulher no valor de oitocentos réis; Uma armação de chapéu de sol no valor de dois mil duzentos e quarenta réis; Uma baeta preta no valor de mil seiscentos e quarenta réis; Três varas de bretanha grossa no valor de mil duzentos réis; Um capote velho no valor de mil réis; Duas saias de chita cada uma no valor de quatro mil réis que ambas fazem a importância de oito mil réis; Uma roupinha de chita nova no valor de dois mil e quinhentos réis; Outra roupinha já usada no valor de dois mil réis; Um (ilegível) de bretanha grossa no valor de mil duzentos réis; Um lenço novo no valor de setecentos e vinte réis; Dois lenços de plano de linho de quatro varas cada um no valor de mil e oitocentos réis; Uma camisa de bretanha usada no valor de mil duzentos e sessenta réis; Outra camisa de plano de linho no valor de novecentos e sessenta réis; Um lenço de linho aberto no valor de quatrocentos réis; Um solitário no valor de seiscentos réis; Três varas de pano de linho no valor de novecentos e sessenta réis; Um lenço usado no valor de quatrocentos réis; Uma saia de chita cabocla no valor de três mil e duzentos réis; Um par de brincos com umas pedrinhas de diamantes no valor de doze mil réis; Um par de brincos de aljofares com três quartos de ouro no valor de mil réis; Um lenço de ouro com peso de uma oitava no valor de mil e quatrocentos réis; Dois pares de brincos de ouro no peso de cinco oitavas e três quartos no valor de nove mil réis; Um par de brincos com peso de duas oitavas e meia no valor de três mil e quinhentos réis; três pares de botões de de ouro no valor de mil e cinquenta réis; Fivelas de prata com charneiras da mesma no peso de trinta e uma oitava e meia no valor de três mil cento e cinquenta réis; Outra fivela de prata com peso de vinte e uma oitavas no valor de dois mil e cem réis; Outra fivela de prata com peso de quarenta e seis oitavas que se acharão em São Paulo no valor de quatro mil e seiscentos réis; Uns (ilegível) capeados com duzentas oitavas de prata no valor de vinte mil réis; Quatro botões de prata com peso de setenta oitavas e meia no valor de setecentos e cinquenta réis; Algumas roupas de seu uso na cidade de São Paulo, a saber um

fraque de chita no valor de doze mil réis; Um vestido de droguete no valor de dezesseis mil réis.⁷⁸

Também estão presentes dentro desse inventário alguns artefatos relacionados ao universo profissional e doméstico, mas que são bem inferiores em valor e quantidade quando comparados as vestimentas.

Gráfico 4: Distribuição dos bens de José Henrique Figueiredo (1783)



Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Os bens presentes no inventário de João Leme da Silva de 1697 comparados aos de bens José Henrique Figueiredo nos trazem dados importantes para pensar na possibilidade e importância de adquirir artefatos ligados a indumentária pessoal.

⁷⁸ AEP, inventário de José Henrique Figueiredo, 1783.

2.3 O comércio intercolonial

Conforme discutido no decorrer desse capítulo, as informações que levantamos pode ser um indicativo de que a Vila de Curitiba fosse abastecida por produtos que vinham de outras localidades, não somente da Europa, mas também da Índia, Ásia, África etc. E muito provável que esse contato foi facilitado pelo tropeirismo e pela estrada que ligava a Vila de Curitiba a regiões centrais da Colônia. Nem sempre um artefato descrito em um inventário *post portem* indicava a sua localidade, mesmo que este tivesse sido fabricado em Goa, na Inglaterra ou na China, mas localizamos alguns bens indicavam a sua procedência.

Apenas 4% das vestimentas presentes nos inventários indicam de qual lugar vieram,

Outro chapéu de Braga no valor de oitocentos réis; Outra fivela de prata com peso de quarenta e seis oitavas que se acharão em São Paulo no valor de quatro mil e seiscentos réis; Algumas roupas de seu uso na cidade de São Paulo, a saber um fraque de chita no valor de doze mil réis; Um chapéu de Braga muito velho no valor de quatrocentos réis; Duas camisas de bretanha da França no valor de quatro mil réis; Uma camisa de bretanha da França velha no valor de dois mil réis; Duas meadas de linhas francesas.⁷⁹

Tabela 09: Localidades das vestimentas dos inventários de 1765 a 1798

LOCALIDADE	QTDE	%
França	4	2%
Braga	2	1%
São Paulo	2	1%
Total Geral	8	4%

Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Uns dos proprietários dessas vestimentas eram José Henrique Figueiredo e Joana Franca que destacamos anteriormente em relação a valorização das vestimentas dentro de seus patrimônios. Em relação ao inventário de 1697 a 1729 não localizamos em nenhum artefato ligado a indumentária que faz menção a localidade.

Pensando ainda sobre os bens que chegavam de lugares mais distante até a Vila de Curitiba, localizamos no trabalho de Mariza Budant Shaaf (1974)

⁷⁹ AEP, inventário de José Henrique Figueiredo, 1783. Joana Franca, 1785, José Alves de Oliveira, 1787, Maria Pires, 1787 e Manoel de Oliveira Assunção, 1788.

no “Mapa dos preços correntes na Paroquia de Curitiba”, alguns dos produtos que eram importados na Vila. Esses dados permitem visualizar os bens que estavam em circulação na região.

Tabela 10: Mapa dos preços correntes na Paroquia de Curitiba, fevereiro de 1799

GÊNEROS	PREÇO MÉDIO E RÉIS	UNIDADE
Vinho	800	medida
Aguardente do reino	1440	medida
Vinagre	720	medida
Aguardente de cana	480	medida
Linhos ordinários	560	Vara
Baetas	720	vara
Chapéus ordinários	1120	Cada um
Panos de lã	1280	Covado
Panos de algodão	20000	Peça

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, 1786 -1798. Extraído de SCHAAF, 1974

Em relação às baetas, a tabela de importação dialoga com os dados localizados no inventário da segunda metade dos setecentos, em que a baeta era uma das matérias primas mais utilizadas por aqueles inventariados, conforme consta na tabela 09, inserida anteriormente. Iremos discutir sobre esse tecido dentre outras questões que envolve diretamente a indumentária a seguir.

Capítulo 3

A indumentária como estratégia de distinção social?

Já destacamos no capítulo anterior a representatividade da indumentária com o objetivo de demonstrar as possibilidades econômicas da Vila de Curitiba em adquirir esse tipo de artefato após a abertura da estrada do Viamão. Iremos retomar alguns dados já mencionados, mas, agora, com intuito de problematizar o porquê adquirir esses bens.

Um texto que nos trouxe informações valiosas sobre vestir-se na Colônia foi o “Sedas, panos e balangandãs” de Silvia Hunold Lara. As considerações feitas pela autora nos possibilitou pensar como os indivíduos da Colônia reforçavam a hierarquia social através das vestimentas. Lara identificou, através de correspondências enviadas do governador geral do Estado do Brasil a metrópole, pedidos para proibir escravos de andarem nas ruas à noite e de usarem roupas de sedas, cambraias, holandas e utilizar brincos de ouro e prata. A justificativa era evitar o “escândalo público, o “pecado”, a “ruína”. Por trás dessas ações estava o interesse em reforçar uma hierarquia social para distinguir-se socialmente, ou, mais ainda, separar negros e brancos.

O rei proibia que “os negros e os mulatos, filhos de negros ou mulatos, ou de mãe negra (...) sejam de um, ou outro sexo, ainda que se achem forros ou nascessem livres” pudessem usar sedas e outros tecidos finos, bem como trazerem sobre si ornato de joias, nem de ouro ou prata, por mínimo que seja (...) trata-se mais uma vez de manter a função simbólica do vestuário como marca de distinções sociais. (LARA, 2000, p. 180)

Nesse sentido, essas vestimentas, utilizadas sobretudo por brancos, se configurava um mecanismo essencial para aquela sociedade, pois através das roupas, dos ornamentos, dos tecidos finos, que os indivíduos poderiam mostrar sua posição de distinção

Os estudiosos do tema já observaram que a linguagem dos trajes tornava visível, exibindo aos sentidos, a hierarquia social. Num mundo em que a maior parte das pessoas eram analfabetas, ver era experiência das mais importantes: o poder e o prestígio deviam saltar os olhos, a condição social inscrita no vestuário constituía uma linguagem que não permitia dúvidas, dada a força das alegorias. (LARA, 2000, p. 180)

A maior parte dos trabalhos que utilizam indumentária como objeto de pesquisa, em diferentes regiões da América portuguesa⁸⁰ convergem ao demonstrar a posse desse bem como mecanismo de distinção social em uma sociedade escravista com características do Antigo Regime.

Da historiografia paranaense, conforme mencionamos, não identificamos pesquisas que se dedicam especificadamente ao estudo a cultura material e da indumentária. No entanto, alguns estudos sobre mecanismos para ascensão e distinção social são relevantes para compreendermos a sociedade curitibana da segunda metade dos setecentos. Destacamos aqui os trabalhos de Paula Roberta Chagas (2011) Milton Stanczyk (2005, 2017) e Jonas Navarro Borges (2017). As principais discussões feitas por esses estudiosos referem-se às estratégias adotadas por moradores da Vila de Curitiba para ascenderem socialmente. Dentre essas estratégias estão as relações interpessoais - casamento, batismo ou amizade - e a inserção na política, ocupação de cargos na Câmara Municipal etc.

A noção de monarquia pluricontinental, desenvolvida por João Fragoso e Maria de Fátima Silva Gouvea influenciou muitas das pesquisas mencionadas acima

A monarquia pluricontinental se torna uma realidade graças à ação cotidiana de indivíduos que viviam espalhados pelo império em busca de oportunidades de acrescentamento social e material; indivíduos que não se colocam passivos diante das regras gerais e que se utilizam das fraturas existentes no permanente diálogo travado entre regras gerais e locais. O mecanismo decisório aqui é totalmente mediado. Traduções e mediações possíveis entre os diversos idiomas se constituem em um processo permanente, possibilitando assim que a vontade de Sua Majestade e de seus vassalos seja de fato preservada e garantida. (FRAGOSO e GOUVÊA, 2009, p. 43)

Dito isso, já conhecemos as possibilidades da Vila de Curitiba em adquirir artefatos ligados a indumentária pessoal e, com alguns dados que demonstramos, buscamos compreender, muito além das possibilidades do mercado

⁸⁰ GUIDO, Lígia Souza. **Sob capas e mantos**: roupa e cultura material na Vila de Itu, 1765 – 1808. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2015. SILVA, Luciana. **Aparência e Sensibilidade**: A indumentária na Vila do Carmo (Mariana), 1693 – 1755. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 2019. DRUMMOND, Marco Aurélio. **Indumentária e cultura material**: produção comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711 – 1750). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008 MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. **A demanda do trivial**: vestuário, alimentação e habitação. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: no 65, Jul. 1997, pp. 153 – 199.

da Vila de Curitiba em adquirir esses bens, o porquê adquiri-los. Os dados quantitativos e qualitativos das informações presentes nos inventários, reforçam a conjuntura que discutimos acima? A necessidade de reforçar a posição social e distinguir-se socialmente também existia no espaço daqui estudado?

Bom, dos vinte e nove documentos que trabalhos da segunda metade do século XVIII, a presença da categoria “indumentária pessoal” em detrimento das demais categorias é expressiva e, embora a documentação não seja significativa, esses dados parecem dialogar com as discussões feitas acima.

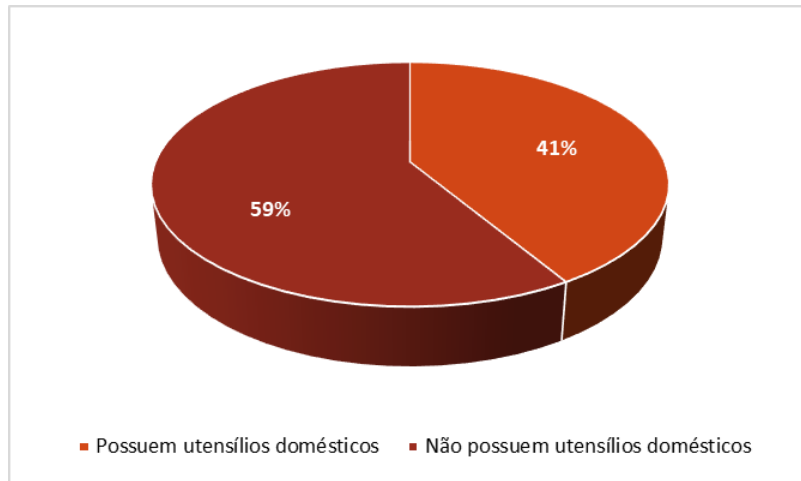
No gráfico 2, inserido anteriormente, notamos que a categoria “indumentária pessoal” está presente em 79% dos inventários de 1769 a 1795. A categoria “animais” está presente em 76% desses documentos, o que faz sentido, visto que a criação de animais se tratava da principal atividade econômica da região. Em relação às categorias concernentes ao ambiente da casa como “utensílios domésticos”, “mobiliário”, e “indumentária geral”, identificamos que estão presentes em 59%, 45% e 72%, respectivamente, da amostra documental.

Gráfico 5: Representatividade da categoria “animais” nos inventários de 1769 a 1795



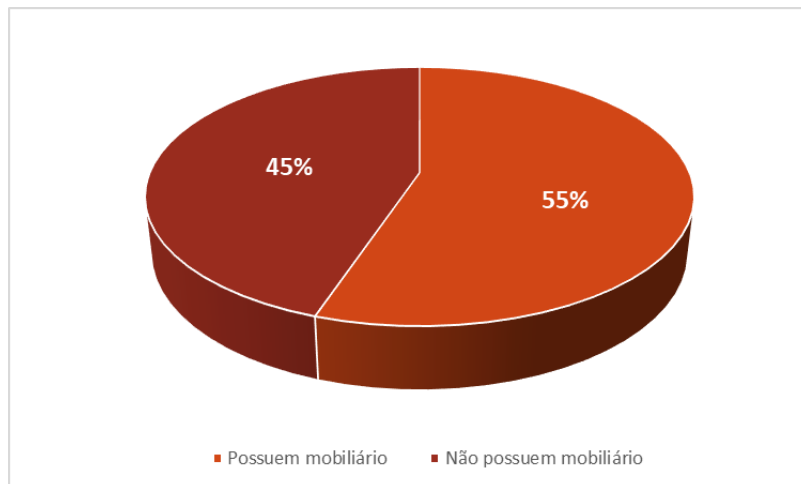
Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Gráfico 6: Representatividade da categoria “utensílios domésticos” nos inventários de 1769 a 1795



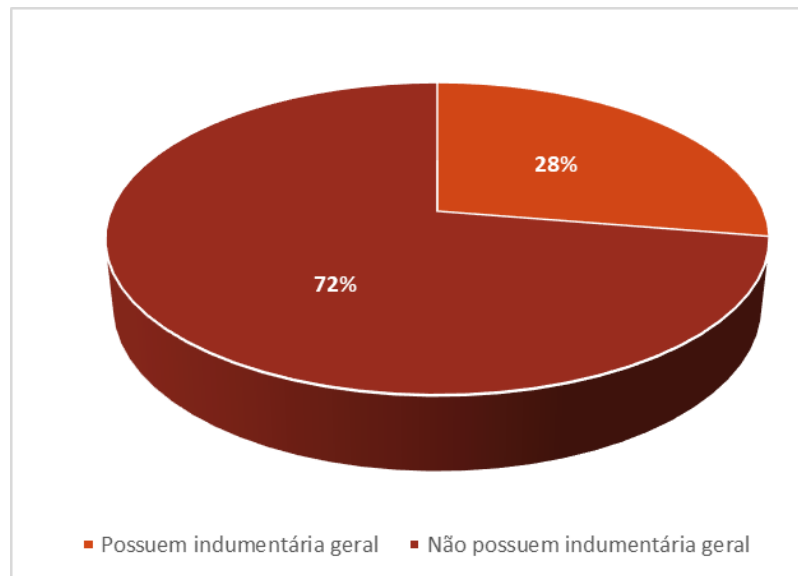
Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Gráfico 7: Representatividade da categoria “mobiliário” nos inventários de 1769 a 1795



Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Gráfico 8: Representatividade da categoria “indumentária geral” nos inventários de 1769 a 1795



Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Tendo em vista os dados acima, percebemos que quase todos os inventariados possuíam vestimentas e poderíamos supor que vestir-se bem era de extrema importância para aquela sociedade, pois tornava-se visível a posição social daqueles indivíduos.

Para ficar mais claro a utilização da indumentária pessoal como estratégia de distinção social, iremos demonstrar a seguir quais eram os tipos de roupas presentes nos inventários da segunda metade do setecentos, quais eram as matérias-primas que confeccionavam essas vestimentas, dentre outros pontos. É importante ressaltar, mais uma vez, que essas questões só fazem sentido quando pensamos os artefatos ligados a indumentária pessoal de acordo o contexto histórico e social que estão inseridos, com as intenções da sociedade que o produziu, o importou e o consumiu.

O sistema da convivência social é transformado quando o espaço habitado, a relação entre o frio e o calor, entre o dia e a noite, entre o corpo e suas disciplinas, entre conveniências indumentárias, entre mobília e decoração são pouco a pouco modificados pelas capacidades produtivas e pela evolução simultânea dos códigos de

costumes e das sensibilidades, quando, por outros consumos ou pela utilização diferente das coisas, os indivíduos podem se construir de outra forma e reajustar sua relação com a coletividade. (ROCHE, 1997, p. 20)

Quando observamos, por exemplo, “uma saia de camelão nova no valor de dois mil e quatrocentos réis”⁸¹ localizado no inventário de Mathias Aryes e Maria Antonia Aryes de 1787, além das informações sobre consumo e circulação de bens na Vila de Curitiba, podemos notar o grau de importância depositado a esse artefato⁸² que nos diz muito a respeito de como aquela sociedade estava organizada.

[...] finalmente não se pode desconhecer que os artefatos – parcela relevante da cultura material - se fornecem informação quanto à sua própria materialidade (matéria-prima e seu processamento, tecnologia, morfologia e funções etc) fornecem também, em grau sempre considerável, informação de natureza relacional. Isto é, além dos demais níveis, sua carga de significação refere-se sempre, em última instância, às formas de organização da sociedade que os produziu e consumiu (MENESES, 1983, p. 107)

3.1 Os tipos de roupas

Os tipos de indumentária e matérias-primas são bem semelhantes as regiões de São Paulo e Minas, salvo algumas exceções. Essa semelhança pode estar relacionada ao constante contato dos tropeiros curitibanos com essas duas regiões e pelo fato de que o mercado que abastecia essas localidades era praticamente o mesmo, produtos que vinham dos portos do Rio de Janeiro e da Bahia. No capítulo anterior sobre a circulação e o acesso aos artefatos ligados a indumentária pessoal na Vila de Curitiba foi discutido que muitas das mercadorias vinham de regiões da Ásia, sobretudo da Índia. José Roberto do Amaral Lapa (1968), dentre muitas questões, nos mostrou quais eram as mercadorias orientais que chegaram a América portuguesa através do porto de Salvador, um dos mais importantes do Império português, e, dessas mercadorias, as ligadas a indumentária pessoal ocupavam lugar de destaque nos produtos importados pela Colônia.

Em 1796, o total de produtos da Ásia importados pela Bahia, atingiu 341:627\$955 réis, sendo o maior de todos os demais apresentados

⁸¹ AEP, inventário de Mathias Aryes e Maria Antonia Aryes, 1787

⁸² Esse grau de importância pode ser medido, como mencionamos anteriormente, ao comparar essa vestimenta com outros bens presentes nos inventários como, por exemplo, bens da categoria “animais”.

pelos domínios portugueses ultramarinos. (...) Importâncias tão altas implicam, supostamente, grande quantidade de mercadorias. Embora relevando-se a precariedade dos elementos informativos com que lutamos em nossas pesquisas, é possível verificar pela sua variedade e natureza que entre os produtos que os navios do Oriente despejavam no Salvador predominavam os tecidos destinados ao vestuário e os arranjos de casa, sendo o demais constituído por artigos de adorno, especiarias, pedras preciosas, produtos secundários e até supérfluos, cujo consumos necessariamente deveria restringir-se às camadas mais abonadas da população colonial, o que equivale a referir-se à sua flagrante minoria [...] (LAPA, 1968, p. 275)

Tendo em vista os dados constatados por Amaral Lapa sobre a importação de mercadorias vindas do Oriente, temos mais um indicativo que possuir vestimentas era de extrema importância para a sociedade colonial e muitas dessas mercadorias poderiam chegar a Vila de Curitiba, conforme discutimos no capítulo anterior, já que chegavam no porto de Salvador e poderiam ser destinadas a outras localidades.

Assim, não é impropriedade considerar a condição intermediária no comércio baiano, tendo em vista Salvador, como porto importador, isto é, o fato de muitos dos produtos ali desembarcados não permanecerem na capitania, sendo enviados não só para outras capitanias, como também para outras partes do continente e até para fora dele. (LAPA, 1968, p. 277).

Os tipos de roupas e tecidos que chegaram ao porto de Salvador são semelhantes aos descritos nos inventários da Vila de Curitiba da segunda metade do século XVIII e a outras regiões da América portuguesa, conforme veremos a seguir.

Tabela 11: Tipos de vestimentas e matérias-primas dos inventários de 1765 a 1798

TIPO DE INDUMENTÁRIA PESSOAL	MATÉRIA PRIMA	QUANTIDADE
Tecido	Algodão	4
	Baeta	12
	Bretanha	3
	Cabaia	1
	Linho	8
	Renda	2
Saia	Baeta	3
	Camelão	6
	Cetim	2
	Chita	4
	Droguete	3
	Não identificado	2
	Riscado	2

	Sarja	1
	Seda	3
	Veludo	1
Par de brincos	Aljôfares	1
	Não identificado	4
	Ouro	17
	Pedra	2
Camisa	Bretanha	7
	Linho	3
	Não identificado	2
Calção	Baeta	1
	Cetim	2
	Não identificado	5
	Pano	1
Chapéu	Não identificado	7
	Palha	1
	Plumas	1
Fivela	Não identificado	2
	Prata	7
Lenço	Bretanha	1
	Linho	1
	Não identificado	4
	Seda	2
Botões	Ouro	5
	Prata	1
	Seda	1
Não identificado	Cabaia	1
	Chita	3
	Seda	1
	Tafetá	1
Par de meias	Algodão	4
	Não identificado	2
	Seda	1
Capote	Não identificado	2
	Pano	3
	Seda	1
Manto	Baeta	1
	Não identificado	1
	Seda	4
Vestia	Algodão	1
	Cetim	1
	Lã	1
	Não identificado	2
	Pano	1
Colete	Baeta	2
	Cetim	1

	Seda	1
Vestido	Cetim	1
	Droguete	1
	Não identificado	2
Fraque	Chita	3
Capa	Lã	1
	Pano	2
Par de botas	Não identificado	2
Bombacha	Seda	2
Faixa	Não identificado	2
Espartilho	Lã	1
	Linho	1
Gravata	Não identificado	1
Quimono	Não identificado	1
Casaco	Baeta	1
Anel	Pedra	1
Chinelas	Não identificado	1
Ceroula	Não identificado	1
Colar	Ouro	1
Par de manquitos	Não identificado	1
Cordão	Ouro	1
Calça	Não identificado	1

Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

Já comentamos sobre a expressividade dos tecidos dentro dos inventários. Uma das hipóteses era que os moradores compravam esses tecidos nas lojas e/ou vendas, confeccionavam suas vestimentas ou encaminhavam até os alfaiates, que junto com o sapateiro, eram os únicos profissionais da aparência, pelo menos legalmente, disponíveis na Vila de Curitiba. Para a Vila de São Paulo no século XVI, Luciana da Silva (2015) identificou a mesma situação dentro dos inventários que estudou. A autora também concorda que esses indivíduos guardavam esses tecidos para confeccionar vestimentas.

Armazenar estes tecidos para futuramente mandar confeccionar roupas novas, significava ter à sua disposição materiais requintados e, geralmente de difícil acesso, que poderiam representar altos valores acrescidos no patrimônio. Como no caso de Belchior Carneiro, falecido em 1609 no sertão, cuja fazenda somava 200\$850 (duzentos mil, oitocentos e cinquenta réis) entre os quais 8\$110 (oito mil, cento e dez réis) eram referentes mais ou menos 12 côvados de gorgorão vermelho e mais ou menos nove côvados e meio de tafetá da Índia. (SILVA, 2015, p. 269)

A bombacha que por definição são “calções largos e compridos que se atavam por debaixo dos joelhos, eram de seda e encorpados com tufos ou garambazes”⁸³, os calções, as fivelas e os chapéus fazem sentido estarem presentes nos inventários da Vila de Curitiba, pois eram vestimentas que poderiam ser utilizadas pelos tropeiros. Dos nove chapéus de localizamos dentro dos inventários, apenas três pertencem a mulheres, a maior parte foi localizada nos inventários masculinos, como no inventário de Manoel de Oliveira Assunção de 1788. Esse inventariado possuía uma quantidade expressiva de animais

Nove vacas soltas no valor de doze mil e seiscentos réis; Nove vacas no valor de quinze mil oitocentos e quarenta réis; Alguns novilhos todos no valor de cinco mil réis; Outros quatro novilhos do ano todos no valor de dois mil quinhentos e sessenta réis; Um touro colonial do valor de três mil réis; Seis aves de frio todas no valor de dez mil quinhentos e sessenta réis; Alguns novilhos de dois para três anos, todos no valor de três mil réis; Um cavalo colonial velho no valor de quatro mil réis; Outro cavalo colonial pequeno no valor de cinco mil réis; Outro cavalo sobrano no valor de seis mil réis; Outro cavalo no valor de seis mil réis; Outro cavalo lazão crioulo no valor de quatro mil réis; Outro cavalo no valor de quatro mil réis; Outro cavalo crioulo no valor de três mil réis; Outro cavalo de colônia no valor de seis mil réis; Uma égua no valor de três mil réis; Outra égua pangaré no valor de quatro mil réis; Uma canastra no valor de mil duzentos e oitenta réis.⁸⁴

A categoria “animal” dentro do inventário de Manoel de Oliveira Assunção foi avaliada em 98\$840 réis e, pela quantidade, podemos supor que esse indivíduo se dedicava a atividade ligada ao tropeirismo. Esse fato parece ser mais provável quando observamos as vestimentas presentes nesse inventário, que parecem dialogar perfeitamente com a essa atividade econômica

Um calção no valor de mil quatrocentos e quarenta réis; Uma calça no valor de mil duzentos e oitenta réis; Achou-se seis lenços de flor (preço ilegível); Achou-se mais doze lenços (preço ilegível); Achou-se mais dois pares de meias de algodão (preço ilegível); Achou-se mais quatro meadas de barbante (preço ilegível); Achou-se mais duas meadas de linhas francesas (preço ilegível); Achou-se trinta e quatro pares de botões de seda (preço ilegível); **Achou-se dez pares de fivela de calção (preço ilegível); Achou-se dezesseis anéis**

⁸³ Vide SÁ, Isabel dos Guimarães. Glossário Portas Adentro. Disponível em: <http://www.portasadentro.ics.uminho.pt/c.asp>. Acesso janeiro de 2020.

⁸⁴ AEP, inventário de Manoel Oliveira Assunção, 1788.

de pedra (preço ilegível); **Achou-se um chapéu de palha (preço ilegível).**⁸⁵

Também existiam as vestimentas que eram utilizadas por baixo de outras roupas e as que eram utilizadas por cima. Das que poderiam ser utilizados por baixo, destacamos aqui as camisas, as ceroulas, os calções, as bombachas, as faixas, as meias e os espartilhos, quem eram cobertos pelos vestidos, saias, fraques, vestias, capotes, capas e mantos. Essas roupas de cima poderiam ser importantes elementos de distinção social.

Mencionamos que a condição social se tornava visível através das vestimentas que os indivíduos estavam usando, mas, em alguns casos, o ocultamento com o uso de capas e mantos, também era um sinal de distinção, conforme menciona Lara, isso pode ser explicado pelo fato de

O luxo solitário de uma mulher que andasse pelas ruas, podia fazer perder a balança para o lado da desonra, ainda mais se a cor de sua pele se mostrasse menos branca: para alguns, como no caso do bispo do Rio de Janeiro, o luxo rapidamente poderia transformar-se em sinal de luxúria. Por isso, nem sempre a condição senhorial se fazia sentir pela ostentação, mas também pelo ocultamento, através do uso de mantos de baeta com capuzes ou ainda das mantilhas que, ao esconder o traje e os enfeites, revelavam a condição senhorial. (LARA, 2000, p. 183)

Na nossa amostra documental, identificamos a presença de capas, mantos e capotes, esse último seria uma “capa comprida e larga com capuz”⁸⁶. Esse tipo de vestimenta era confeccionado principalmente de sedas e baetas. Ligia Guido identificou para a Vila de Itu quantidade considerável de capas e mantos e concorda que o seu uso era uma das formas de distinguir-se socialmente “a posse de capas e mantos é um importante indicador social: ao ocultar os rostos e corpos com tecidos valiosos, distinguiam as senhoras de respeito publicamente” (GUIDO, 2015, p. 196). Em geral, as roupas de cima eram melhores avaliadas em relação as de baixo nos inventários aqui trabalhados.

Uma camisa de Bretanha no valor de mil e duzentos réis; Um manto de seda preto já com bastante uso no valor de cinco mil réis; Uma camisa de Bretanha usada no valor de mil duzentos e setenta réis; Uma capa de pano no valor de seis mil réis; Um fraque de chita no

⁸⁵ AEP, inventário de Manoel Oliveira Assunção, 1788.

⁸⁶ Vide SÁ, Isabel dos Guimarães. Glossário Portas Adentro. Disponível em: <http://www.portasadentro.ics.uminho.pt/c.asp>. Acesso janeiro de 2020.

valor de doze mil réis; Uma camisa e uma ceroula no valor e mil duzentos e oitenta réis; Um vestido de droguete no valor de dezesseis mil réis⁸⁷

Os tipos de vestimentas localizados nos inventários da Vila de Curitiba são similares aos que Luciana da Silva (2019) identificou nos estoques de lojas em Mariana-MG no século XVIII.

Tabela 12: Estoque da loja de João Pereira Lisboa, no Arraial de São Caetano, Termo da Vila do Carmo em 1742.

Produto	Quantidade
Meias de Lisboa	24 pares
Meias de Itália	24 pares
Meias de Itália de linhas	7 pares
Meias de laia	9 pares
Meia de meninos	10 pares
Meias de seda	9 pares
Camisas de pano de linho	13 unidades
Ceroulas de pano de linho	10 unidades
Meias cor de pérola	9 pares
Meias de mulher	2 pares
Sertuns de seda	5 unidades
Sertuns de baeta	5 unidades
Véstia de pano grosso	2 unidades
Lenços pintados	4 unidades
Sapatos de veado	11 pares
Chapéu de sol	1 unidade
Chapéu fino subido	1 unidade

ACSM. Inventário de Mariana de Freitas Furtado, 1742 – Cód. 045, Auto 1043.

Fonte: Arquivo da Casa Setecentista Mariana, extraído de SILVA, 2019, p. 167

⁸⁷ AEP, inventário de Joana Franca, 1785. José Henrique Figueiredo, 1783 e Pedro Ribeiro Andrade e Luisa Vaz Torres, 1769.

Tabela 13: Estoque da loja de Manoel Cardoso de Matos, na Vila do Carmo, em 1743.

Produtos	Quantidades
Mantos de seda de lustro	2 unidades
Véstia de veludo preta bordada	1 unidade
Véstia branca bordada em peça	1 unidade
Véstia de baeta forrada da mesma	1 unidade
Cintas de seda da Índia	6 unidades
Meias de linhas brancas ordinárias	12 pares
Meias de barra de seda de lã pares de várias cores	31 pares
Meias de barra de seda maiores	14 pares
Meias de seda de meninos	7 pares
Meias de linha branca de Itália	14 pares
Meias de algodão	9 pares
Meias de algodão grossas	12 pares
Luvas de pelica branca de homem	13 pares
Luvas de homem	6 pares
Luvas meio castor de homem	45 pares
Luvas de mulher	2 pares
Luvas ordinárias	8 pares
Sapatos de veludo verde bordados de prata de mulher	1 par
Sapatos de pelica de mulher	1 par
Sapatos de homem de veado	4 pares
Sapatos de menina	5 pares
Sapatos de menino	3 pares
Barretes de seda bordados de retrós	12 unidades
Chapéus entrefinos pequenos	7 unidades
Chapéus finos de homem	13 unidades
Chapéus finos subidos de homem	10 unidades
Chapéus grandes grossos	19 unidades
Chapéus grossos menores	19 unidades
Chapéus de Braga subidos	25 unidades
Chapéus de palhinha	2 unidades
Sertuns de baetas de cores	13 unidades
Ceroulas de pano de linho	22 unidades
Camisas de bretanha de homem	33 unidades
Camisas de pano de linho de homem	44 unidades
Calções de brim dobrado riscados	10 unidades
Calção de pelica acamurçada	1 unidade
Saia de chita	1 unidade
Donaire	1 unidade
Saia de mulher de panicolo	1 unidade
Capinha de garça guarnecida de uma rendinha de prata forrada de tafetá azul	1 unidade

ACSM. Inventário de Manoel Cardoso de Matos, 1743 – Cód. 045, Auto 1045.

Fonte: Arquivo da Casa Setecentista Mariana, extraído de SILVA, 2019, p. 168

Assim como nos inventários da Vila de Curitiba, temos algumas meias, ceroulas, camisas, calções e as vestimentas que ficavam mais a mostra como os mantos, vestias, lenços, sapatos, chapéus. Dos itens mais numerosos localizados nas lojas de Mariana, não identificamos na amostra documental do nosso trabalho nenhuma luva. Esse artefato pode não ter sido arrolado nos bens dos inventários dessa pesquisa, mas, provavelmente estava presente em outros documentos, que, infelizmente, não tivemos acesso.

Algumas das vestimentas que chegaram aos portos da Bahia, descritas por Amaral Lapa, foram identificadas inventários da Vila de Curitiba como, por exemplo

Catorze camisas finas brancas no valor de cinquenta mil réis; dezoito camisas de linho no valor de dezoito mil réis; trinta e cinco camisas azuis no valor de quarenta e dois mil réis; duzentas gravatas a quinhentos réis cada uma no valor de cem mil réis; seis dúzias de gravatas finas a mil réis no valor de setenta e dois mil réis; Trezentos lenço azuis a trezentos réis cada um no valor de noventa mil réis. (LAPA, 1968, p. 289)

Muitos dos tecidos que chegaram da Índia ao porto de Salvador também foram identificados nos inventários curitibanos, conforme veremos no próximo subcapítulo.

3.2 As matérias-primas

Os materiais que eram confeccionados tais artefatos também nos diz muito acerca do uso da indumentária como mecanismo de status e distinção social.

Tabela 14: Matéria prima das vestimentas dos inventários de 1765 a 1798

MATÉRIA PRIMA	QTDE	%
Ouro	24	15%
Baeta	20	13%
Seda	18	12%
Linho	13	8%
Bretanha	11	7%
Chita	10	6%
Algodão	9	6%
Prata	8	5%
Pano	7	5%
Cetim	7	5%
Camelão	6	4%
Droquete	4	3%
Lã	3	2%
Pedra	3	2%
Renda	2	1%
Riscado	2	1%
Cabaia	2	1%
Plumas	1	1%
Sarja	1	1%
Tafetá	1	1%
Palha	1	1%
Veludo	1	1%

Aljôfares	1	1%
Total Geral	155	100%

Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborado pela autora.

O ouro apareceu muito dentro dos documentos, devido a quantidade de acessórios que localizamos que eram feitos desse material: os pares de brincos, as fivelas, os botões, os anéis. Como vimos anteriormente, o uso dos acessórios, feitos de ouro, ficavam restritos aos de pele branca.

A baeta foi o tecido mais encontrado nos inventários. Conforme definição

Tecido de lã ou algodão, grosseiro e felpudo, antigamente janota, peralvilho, faceiro. Segundo Bluteau existem muitas espécies de baeta, a saber: castelete, eosal, conta nova, barca, cacheira, baetinha de pestable e imperial assim como a sua denominação varia mediante a região onde é fabricada: baeta de Inglaterra, de Olanda, de Barcelona.⁸⁸

Por se tratar de um tecido grosso, poderia, também, ser usado para proteção das circunstâncias climáticas, assim como a lã. De acordo com Marco Aurélio Drummond:

Por ser tecido grosso e resistente, a maioria das peças confeccionadas com a baeta eram “as roupas de cima” (casacas, timões e véstias), ficando as peças “de baixo” a cargo dos tecidos “mais finos”: as bretanhas, o linho e a holanda. (DRUMMOND, 2008, p. 58)

Uma das maneiras que encontramos de identificar a importância de determinada matéria prima para a localidade da Vila de Curitiba foi a partir dos valores que foram avaliadas nos inventários. Acreditamos que a forma mais confiável de medir essa relevância é através dos preços dos estoques das lojas, como fizeram outros autores que trabalham com indumentária em diferentes regiões da América portuguesa, porém, infelizmente, não localizamos essa documentação para o espaço aqui analisado. Dessa maneira, conforme verificamos nos vinte e nove documentos cartorários, os materiais com maior valor econômico são o droguete, o cetim, a chita, a bretanha e a seda. Possivelmente, a maior parte desses tecidos eram utilizados para confeccionar as roupas de uso público, as que eram usadas por cima, como os mantos, as capas, os capotes, os vestidos, os fraques.

⁸⁸ Vide SÁ, Isabel dos Guimarães. Glossário Portas Adentro. Disponível em: <<http://www.portasadentro.ics.uminho.pt/c.asp>>. Acesso em dezembro de 2020.

Um fraque de chita avaliado em doze mil réis; Uma saia de seda preta no valor de quatro mil e duzentos réis; Uma saia de seda com bastante uso no valor de seis mil réis; Um manto de seda preta já com bastante uso no valor de cinco mil réis; Uma saia de droguete preta com bastante uso no valor de quatro mil réis; Uma saia de droguete preta nova no valor de seis mil e quatrocentos réis; Uma camisa de bretanha da França velha no valor de dois mil réis; Um manto de seda no valor de oito mil réis⁸⁹

Conforme destaca Lapa, a Chita foi um dos tecidos que mais chegaram ao porto de Salvador e é também um dos tecidos mais presentes nos inventários da Vila de Curitiba. Conforme definição, a chita é um tecido de algodão estampado com cores⁹⁰. Por ser um tecido colorido, podemos supor que, além da utilização de matérias primas mais sofisticadas, roupas coloridas também eram importantes para que a vestimenta pudesse chamar ainda mais atenção: “Duas caixas de chita fina a oitenta mil réis a caixa; Duas caixas de chita ordinárias de “Gorigat” no valor de cento e vinte mil réis; Trinta roupões de chitas, cada um a seis mil réis” (LAPA, 1968, p. 289). Considerando a quantidade de chitas localizadas nas mercadorias vindas do Oriente e nos inventários aqui trabalhados, podemos supor que regiões mais remotas da América portuguesa, como a Vila de Curitiba, recebiam esse e outros tipos de tecidos e produtos.

Outro tecido que merece destaque é o droguete, mais pela valorização econômica, do que pela quantidade dentro dos inventários, que foram apenas quatro vestimentas confeccionadas dessa matéria-prima. Conforme, mais uma vez, destacou Amaral Lapa, esse tecido era tão valorizado que em fins do século XVI a metrópole proibiu a sua importação por parte da colônia, com a justificativa de evitar gastos e luxos com esses moradores.

No tocante ao consumo por parte das famílias rurais e aristocráticas, deve-se ponderar que nem sempre lhes foi fácil a liberalidade na importação de tecidos. Em 1688, por exemplo, a Alfândega recebeu ordens oficiais, para não mais despachar as “droguetes”, procurando-se, com isso, evitar maior gasto e luxo por parte dos moradores colônia, como também forçar o consumo apenas de panos fabricados no Reino. (LAPA, 1969, p. 276)

⁸⁹ AEP, inventários de José Henrique Figueiredo, 1783, Joana Franca, 1785 e Maria Pires Camargo, 1787.

⁹⁰ COSTA, Manoela Pinto da. Glossário de termos têxteis e afins. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Patrimônio. Porto, I Série, vol. III. Pp. 137-161, 2004.

Conforme definição, droguete é um tecido de seda, com pequena repetição de desenho, fabricado com técnicas diversas⁹¹. Das vestimentas confeccionadas pelo droguete, identificamos nos inventários da Vila de Curitiba quatro, que tinham expressiva valorização econômica quando comparada a vestimentas confeccionadas por outros tecidos.

Um vestido de droguete que poderá valor dezesseis mil réis; Uma saia de droguete preta com bastante uso no valor de quatro mil réis; Uma saia de droguete preta no valor de oito mil réis; Uma saia de droguete preta nova no valor de seis mil e quatrocentos réis⁹²

Uma camisa de Bretanha da França no valor de dois mil réis; Dois lanços de pano de linho de quatro varas cada um no valor de dois mil e oitocentos réis; Uma camisa de Bretanha usada no valor de mil e duzentos e setenta réis; Uma camisa de pano de linho no valor de novecentos e sessenta réis; Uma saia de camelão no valor de dois mil réis; Um calção de baeta vermelho no valor de mil seiscentos réis.⁹³

Possivelmente as roupas feitas de droguete, chita, cetim etc eram utilizadas para as peças de cima, como os vestidos, os casacos, as capas e mantas. Os tecidos com a textura mais fina como o linho, algodão, cambraia e panos deveriam ser utilizados nas vestimentas de baixo, que ficavam pouco a mostra. Também, poderiam ser utilizados para confeccionar as roupas das camadas mais populares.

O cetim foi mais um dos tecidos sofisticados que localizamos nos inventários. Conforme definição é uma espécie de pano de seda, lustroso e fino⁹⁴. Encontramos sete vestimentas confeccionadas dessa matéria prima e, assim como o droguete, eram bem avaliadas e utilizadas, principalmente, nas peças de cima. “Uma saia de cetim preta no valor de oito mil réis; Uma saia de cetim de flores no valor de oito mil réis; Um vestido e um cação de cetim no valor de cinco mil réis; Um colete de cetim em bom uso no valor de dois mil e quatrocentos réis”.⁹⁵

⁹¹ COSTA, Manoela Pinto da. Glossário de termos têxteis e afins. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, I Série, vol. III. Pp. 137-161, 2004.

⁹² AEP, inventários de José Henrique Figueiredo, 1783, Joana Franca, 1785, Salvador Correa Lacerda, 1786 e Maria Pires Camargo, 1787.

⁹³ AEP, inventários de José Henrique Figueiredo, 1783, Joana Franca, 1785, Salvador Correa Lacerda, 1786 e Maria Pires Camargo, 1787.

⁹⁴ COSTA, Manoela Pinto da. Glossário de termos têxteis e afins. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, I Série, vol. III. Pp. 137-161, 2004.

⁹⁵ AEP, inventários de José Henrique Figueiredo, 1783, José Alves de Oliveiras, 1785, Diogo Gonçalves Ribeiro e Isidora Ferreira, 1792.

Muitas das matérias primas que estavam em circulação na Vila de Curitiba foram identificados também na região de São Paulo, especificamente na Vila de Itu, conforme demonstrou Ligia Guido (2015).

Tabela 15: Tecidos do estoque da loja de João Fernandes da Costa, 1801, Itu

Quantidade	Descrição	Preço (em réis)
3 côvados	Tafetá amarelo mofado	\$900
2 côvados	Tafetá carmezim	\$800
5 e 1/3 côvados	Durante amarelo	1\$493
14 côvados	Droguete azul meia cor	4\$480
8 côvados	Baeta azul meia cor	5\$120
8 côvados	Holanda amarela	2\$240
1 côvado	Holanda cor de rosa seca	\$280
1 vara	Bretanha	\$480
8 côvados	Ganga azul	2\$560
½ côvado	Baeta azul	\$300
3 menos ¾ côvados	Droguete alvadio	1\$200
7 côvados	Chita encarnada	4\$480

[-]	Baeta azul	\$150
2 menos ¾ côvados	Camelão azul com a vara	\$330
3 peças	Bretanha de Hamburgo	\$680
1 peça	Brim riscado	\$120
1 e ¾ côvados	Holandilha	\$350
6 côvados	Holanda parda	1\$680
2 e 1/3 côvados	Durante azul	\$653
5 e ½ côvados	Camelão azul	\$880
1 menos 1/3 côvados	Brilhante dourado de lã	\$213
11 côvados	Brilhante de lã de flores	2\$640
5 paus	Lã escarlate	\$300
Total		32\$329

Fonte: ARQ/MRCI – Inventário de João Fernandes da Costa, folhas 6 verso – 7

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Republicano, extraído de Guido, 2015, p. 115 – 116.

É provável que os tipos de tecidos existentes nessa loja na Vila de Itu também estavam disponíveis nas lojas da Vila de Curitiba. Como discutimos, sobretudo no primeiro capítulo, graças a atividade tropeira, a Vila de Curitiba estava inserida na rota do Viamão, que ia do Viamão, no Rio Grande do Sul, passava pela Vila de Curitiba, Campos Gerais (Piraí do Sul, Lapa, Ponta Grossa) e chegava até as feiras de Sorocaba, em São Paulo, onde os tropeiros levavam os animais para comercializar. Contudo devemos considerar, também, outros meios de abastecimento da Vila de Curitiba, como o Porto de Paranaguá, por exemplo.

Conforme avaliou Guido, nesse estabelecimento os tecidos mais valorizados foram a chita e a baeta azul, a seiscentos e quarenta réis o côvado. Como dito, muito dos produtos que chegavam aos portos do Rio de Janeiro e Salvador, abasteciam muitas regiões da América portuguesa, como a Vila de Curitiba, a Vila de Itu e Mariana.

3.3 Os adjetivos, as cores e usos

Os mantos, as capas, os vestidos, as saias, os casacos, os fraques, feitos de chitas, droguetes, baetas, cetim, entre outros que citamos acima, eram utilizados, sobretudo, fora dos ambientes domésticos, nos espaços de sociabilidade, já que naquela sociedade era importante vestir-se para ser notado. “A afirmação do status da família se fazia, então, nestes momentos públicos de conagração social, por meio do lugar ocupado nas festividades, dos trajes “de festa”, do séquito de escravos. Eram estes os principais sinais exteriores de riqueza e distinção social”. (BORREGO, FELIX, 2016, p. 93). Como discutimos no capítulo dois, o comércio, possivelmente, tinha um peso importante para a Vila de Curitiba, dada a existência de vendas e lojas de secos e molhados e variados artesões, como o alfaiate e o sapateiro. Nos locais aonde ficavam os comércios deveria circular um fluxo considerável de pessoas, podendo ser assim, espaços de sociabilidade aonde os moradores poderiam exibir suas vestimentas.

Assim como cumprir o ritual litúrgico possibilitava o (re)encontro da sociedade, frequentar as vendas, lojas e armazéns das cidades interioranas possibilitava aos seus membros o estabelecimento de redes de sociabilidades, além da compra necessária de alimentos e artefatos. Necessidades, prazeres e frivolidades que, associados às bebidas, aos mexericos, à música e à dança, marcam o ritmo e a vida [...] (MARTINEZ, 2006, p. 239)

Notamos que algumas roupas vieram adjetivadas nos inventários como “finas” ou “de gala”, o que nos leva a concluir que não seriam utilizadas em qualquer ambiente, mas sim, nos meios de interação social. De acordo com os dados que expomos acima, em relação aos tipos de vestimentas e matérias-primas, podemos notar que a maior parte dos itens relacionados a indumentária pessoal presentes nos inventários se enquadram mais em ambientes de sociabilidade do que nos espaços domésticos.

Em relação as cores podemos notar que, das que foram possíveis identificar, a maior parte eram pretas e de cores fortes e vibrantes como o azul, amarelo, verde, vermelho e roxo, o que dialoga com o contexto de uma sociedade com características do Antigo regime, em que chamar atenção era essencial.

Numa sociedade em que cada manifestação pessoal tem um valor socialmente representativo, os esforços em busca de prestígio e

ostentação por parte das camadas mais altas constituem uma necessidade de que não e pode fugir (...) A exigência de se destacar, de se diferenciar dos que não fazem parte daquele grupo social, de evidenciar socialmente, encontra sua expressão linguística em conceitos como 'valor', 'consideração', 'distinção (...) (ELIAS, 2001, p. 83 e 84)

Sobre as condições dessas roupas, mesmo em precárias condições, constava no arrolamento dos bens, principalmente aquelas feitas de materiais mais caros e finos. Luciana da Silva também identificou nos inventários da Vila de São Paulo do século XVI vestimentas nessas condições “Não cremos que as condições das roupas, no período estudado, se velhas ou rasgadas, impedissem que fossem inventariados. Afinal, em diversos casos esses artefatos foram registrados nessas situações” (SILVA, 2015, p. 210) Da vestimentas presentes no rol documental dessa pesquisa e que vinham com essa informação, 19% foram adjetivados como “velhos”, 13% “usados” e 5% “novos”.

De acordo com Daniel Roche, os adjetivos utilizados para descrever as vestimentas (velhos, usados, já em bom uso) demonstram que esse foram reutilizados inúmeras vezes. Mesmo estando fora de moda, eram artefatos raros, difíceis de comprar e mais sofisticados. Provavelmente foi usado por gerações:

Era uma civilização onde o usado dominava, ao término de anos de lavagem e limpeza com os meios precários, sem detergente eficaz que a cinza das lixívias, ou um raro sabão que aparecia pouco a pouco. Em Poitou, no Limousin ocidental, 50% do guarda roupa branco ou indumentário era qualificado de “usado; no melhor dos casos o mau estado de um traje não exigia, como hoje, o seu abandono, se inscrevia num conjunto de gestos e valores, nessa transmissão que era feita pela doação, a herança e os mercados de ocasião [...] (ROCHE, 2000, p. 265).

Conclusão

O século XVIII, sobretudo a partir da década de 30, trouxe transformações significativas para a região que conhecemos como Paraná. A abertura da estrada do Viamão, juntamente com o desenvolvimento do tropeirismo, possibilitou que a Vila de Curitiba se integrasse ao conjunto econômico da América portuguesa. Além de auxiliar as regiões onde se desenvolveu a atividade mineira, fornecendo elementos essenciais a sua manutenção, as transformações ocorridas no espaço investigado por essa dissertação de mestrado tiveram consequência na vida daqueles sujeitos que lá habitavam.

Como pudemos observar no segundo capítulo, o comércio daquela região passou a ser abastecido por mercadorias que antes eram de difícil acesso. Temos consciência que o rol documental dessa pesquisa tem as suas limitações, mas foram as poucas informações que nos restaram para trabalhar com a cultura material daquele espaço. Com os escassos, porém ricos e complexos dados presentes nos inventários *post mortem* pudemos comparar as mercadorias que estavam em circulação naquela sociedade antes e depois da abertura do Viamão. Das comparações entre os inventários de 1697 a 1729 e os inventários de 1769 a 1795, conseguimos perceber muitas mudanças: os animais presentes nos inventários aumentaram na quantidade e no preço, notamos a presença de mais escravos vindos da África, muitos artefatos que estavam presentes nos documentos cartorários da segunda metade do século XVIII não foram localizados nos inventários anteriores a abertura do Viamão, principalmente àqueles artefatos ligados a indumentária pessoal. Das mercadorias que vinham da metrópole e das regiões da África e Ásia e abasteciam a colônia, muitos dados nos levam a crer que esses produtos chegavam a Vila de Curitiba.

Além disso, com o auxílio das fontes complementares, como os Alvarás de Licença, pudemos perceber os meios em que os moradores da Vila de Curitiba poderiam acessar esses produtos, que eram nas vendas, lojas e encomendas aos artesões da aparência, os alfaiates e sapateiros que, como vimos, em 1777 eram um dos únicos artesões disponíveis na Vila. Enfim, muitas dessas mudanças que conseguimos notar na documentação anterior e posterior a abertura da estrada do Viamão, parecem dialogar com o contexto econômico pelo qual passava a Vila de

Curitiba e conseguimos, até mesmo, inseri-la dentro da dinâmica do Império português, visto que parte do mercado da Vila de Curitiba parecia consumir produtos vindos de diferentes regiões dos domínios ultramarinos.

O que mais nos chamou atenção em relação a posse desses produtos foi a representatividade dos artefatos ligados a indumentária pessoal. A sua presença dentro dos inventários da segunda metade do século XVIII era significativa, a valorização das vestimentas, dos tecidos, quando comparados a outros bens era notória, a diversidade de tecidos finos e sofisticados nos instigou a verticalizar a análise para a indumentária. Conforme entendemos a produção, consumo, posse, importação, utilização desses bens como cultura material, em que consideramos mais do que a possibilidade do mercado da Vila de Curitiba em adquiri-los, mas o porquê adquiri-los são informações de extrema importância que nos permitem entender a forma como pensavam e agiam aqueles indivíduos. No decorrer do trabalho vimos muitos exemplos do quanto parecia importante para aquelas pessoas possuir esse tipo de vestimentas feitas de chitas, baetas, bretanhas, drogues, sedas, cetim e, dialogando com alguns estudos, esse fator parecia fazer sentido quando entendemos que a sociedade da América portuguesa tinha características do Antigo Regime, no que se diz a respeito a distinguir-se socialmente e demonstrar *status*. De acordo com os dados aqui levantados, esse fator não estava presente somente na capital ou em regiões centrais da América portuguesa, mas fazia presença na Vila de Curitiba.

Fontes

Arquivo do Estado do Paraná:

Inventário de Baltazar Carrasco dos reis, 1697 (não foi localizado o código)

Inventário de João Leme da Silva, 1697. Código de referência: PB045 PC02.1

Inventário de Anna da Silva, 1705. Código de referência: PB045 PC04.1

Inventário de Manoel Alves Pedroso, 1711. Código de referência: PB045 PC05.1

Inventário de Lianor Gonçalvez, 1714. Código de referência: PB045 PC06.1

Inventário de Isabel do Prado, 1715. Código de referência: PB045 PC08.1

Inventário de Jorge da Costa Vasconcellos, 1720. Código de referência: PB045 PC10.1

Inventário de Luiz Rozado e Maria Coitinha, 1729. Código de referência: PB045 PC48.2

Inventário de Maria Bicuda Camacho, 1729. Código de referência: PB045 PC49.2

Inventário de Pedro Ribeiro Andrade e Luiza Vaz Torres, 1769 – PC01590 49

Inventário de João Cordeiro Matoso, 1781. Código de referência: PC02293 75

Inventário de Pedro Siqueira Cortes, 1782. Código de referência: PC02365 78

Inventário de Simão Gonçalves Andrades, 1783. Código de referência: PC02403 80

Inventário de José Henrique Figueiredo. 1783. Código de referência: PC0274 87

Inventário de Domingos Cardoso de Leão, 1783. Código de referência: PC02401 80

Inventário de Isabel Martins Valença, 1783. Código de referência: PC03663 136

Inventário de Manoel Ignacio de Fonseca e Ana Maria de Andrade, 1785. Código de referência: PC0235 85

Inventário de Ângela Maria Santos, 1787. Código de referência: PC02402 80

Inventário de José Royz, 1785. Código de referência: PC02538 85

Inventário de Joana Franca, 1785. Código de referência: PC02576 87

Inventário de Pe. Jose Cardoso, 1785. Código de referência: PC02577 87

Inventário (nome não localizado), 1785. Código de referência: PC02537 85

Inventário de Salvador Correa de Lacerda Maria José de Jesus, 1786. Código de referência: PC02660 91

Inventário de Manoel Ribeiro Lopes, 1786. Código de referência: PC02685 91

Inventário de Ignez de Chaves das Neves, 1786. Código de referência: PC02659 91

Inventário de Sebastião Teixeira Azevedo, 1787. Código de referência: PC02690 93

Inventário de Mathias Aryes e Maria Antonia Aryes, 1787. Código de referência: PC02706 93

Inventário de Manoel da Silva e Boaventura Pereira Cunha, 1787. Código de referência: PC02707 93

Inventário de Maria Pires de Camargo, 1787. Código de referência: PC02692 93

Inventário de Manoel Rodrigues dos Santos, 1787. Código de referência: PC02694 93

Inventário de Sebastião Ferreira dos Santos, 1787. Código de referência: PC 02693 93

Inventário de Izabel Maria de Andrade, 1788. Código de referência: PC02815 98

Inventário de Manoel de Oliveira Assumpção, 1788. Código de referência: PC02803 98

Inventário de Anna Pereira da Silva, 1788. Código de referência: PC02294 75

Inventário de Alexandre da Costa, 1789. Código de referência: PC02907 103

Inventário de Diogo Gonçalves Ribeiro e Isidora Ferreira, 1792. Código de referência: PC02938 105

Inventário de Pe. José Cardoso de Almeida, 1794. Código de referência: PC02994 108

Inventário de Antonio Rodrigues Seixas e Genoveva Soares, 1795. Código de referência: PC02696 108

Referências bibliográficas

- ALGRANTI, Leila Mezan. **Em torno da mesa do rei: artefatos, convivialidade e celebração no Rio de Janeiro joanino**. In: Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.25, n.1, 2017, p. 13-34.
- BALHANA, Altiva Pilatti. **História do Paraná**. Grafipar, 1969.
- Barbosa, Mara Fabiana. **Terra de negócio: o comércio e o artesanato em Curitiba na segunda metade do século xviii**. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Paraná, 2003.
- BLAJ, Ilana. **Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material**. In: CANDIDO, Anônio (Org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 -1728. 8 v. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 27. dez. 2014.
- BORGES, Joacir Navarro. Miguel Rodrigues Ribas: Governo e Negócio em Curitiba no século XVIII. In: COSTA, Hilton, PEGORARO, Jonas Wilson e STANCZYK FILHO, Milton (org) **O Paraná pelo Caminho** (V.2). Curitiba: Máquina de Escrever, 2017.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; FÉLIX, Rogério Ricciluca Matiello. **Ambientes domésticos e dinâmicas sociais em São Paulo colonial**. Revista de História, n. 175, p. 91-132, 2016.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **Artefatos e práticas sociais em torno das refeições** (São Paulo, séculos XVIII-XIX). In: Varia Historia, Belo Horizonte, v.32, n.58, 2016, p. 101-137.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. (As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível). São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRUMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII segundo os registros paroquiais, 1751-1800**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.
- CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. Indústria Gráfica Projeto, 1981.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAGAS, Paula Roberta. **Usos cotidianos do parentesco espiritual: Curitiba na transição do século XVII para o XVIII**. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Paraná, 2005.

COSTA, Manoela Pinto da. **Glossário de termos têxteis e afins**. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, I Série, vol. III. Pp. 137-161, 2004.

DRUMMOND, Marco Aurélio. **Indumentária e cultura material: produção comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711 – 1750)**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Zahar, 2001.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Roquinaldo. **Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)**. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII**. Revista Tempo, v. 14, n. 27, p. 49-63, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 20. Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980. (1. ed. 1933).

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

GUIDO, Ligia Souza. **Sob capas e mantos: roupa e cultura material na Vila de Itu, 1765 – 1808**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. (1. ed. 1957).

LARA, Sílvia Hunold. **Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII)**. Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 177-191, 2000.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. Brasiliana, 1968.

MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930. (1.ed. 1929).

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais**. Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História, n. 3, p. 4-27, 1963.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. **A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: no 65, Jul. 1997, pp. 153 – 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivair. **A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos Estudos. 74, 2006.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Cinzas do Passado**: cultura material, riqueza e escravidão no Vale do Paraopeba/MG (1831/1914) – Londrina: Eduel, 2014.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba, Paranaense, v. 53, 1937.

MENESES, José Newton Coelho de. **Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria**: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.23, n.2, 2015, p. 69-92.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. Revista de História, n. 115, p. 103-117, 1983.

MENESES, Ulpiano T. **Apresentação da Nova Série**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 1, n. 1, p. 5-7, 1993.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **O poder local e a cidade**: a Câmara Municipal de Curitiba, séculos XVII a XX. Aos Quatro Ventos, 2000.

ROCHA, Antonio Penalves. **F. Braudel**: tempo histórico e civilização material. Um ensaio bibliográfico. Anais do Museu Paulista. p. 239-249, 1995.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente**. Séculos XVI-XIX. Topoi, v. 2, n. 3, p. 9-40, Rio de Janeiro 2001.

SÁ, Isabel dos Guimarães (coord). **Glossário Portas Adentro**. Disponível em: <<http://www.portasadentro.ics.uminho.pt/c.asp>> . Acesso em: 20. dez. 2014.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida Material e econômica**. Curitiba: SEED, 2001.

SCHAAF, Mariza Budant. **A população da Vila de Curitiba, segundo as listas nominativas de habitantes**: 1786-1799. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Editora Companhia das Letras, 1988.

STANCZYK FILHO, Milton. **À luz do cabedal**: acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695–1805). (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Paraná, 2011.

STANCZYK FILHO, Milton. Bastardos, os vencedores do sertão? ou as (des) venturas do capitão Antônio Gomes Campos. In: COSTA, Hilton, PEGORARO, Jonas Wilson e STANCZYK FILHO, Milton (org.) **O Paraná pelo Caminho** (V.2). Curitiba: Máquina de Escrever, 2017.

SILVA, Luciana da. **A circulação de artefatos por meio das disposições testamentárias**: apontamentos sobre as vestimentas na Vila de São Paulo (1580 -

1640). Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.23. n.1. p. 195-220. jan.- jun. 2015.

SILVA, Luciana da. **Aparência e sensibilidades**: a indumentária na Vila do Carmo (Mariana), 1693 - 1755. (Tese de doutorado) Universidade Estadual de Campinas, 2019.

GLOSSÁRIO

Iremos disponibilizar aqui a definição dos tipos de indumentária pessoal e matéria-prima. As definições dos tipos de vestimentas foram extraídas do dicionário *Portas Adentro* e para a definição da matéria-prima que eram feitas essas roupas recorreremos ao glossário desenvolvido pela Manoela Pinto da Costa.

Algodão: Planta têxtil, proveniente da Índia, do Egito e da Espanha.

Baeta: Tecido de lã, grosseiro e felpudo. Tecido grosso de algodão.

Bombacha: calções largos e compridos que se atavam por debaixo dos joelhos, eram de seda e encorpados com tufos ou garambazes.

Cabaia: Seda muito leve. Vestuário feminino feito com este tipo de tecido.

Calça: peça de vestuário que veste as ancas e, separadamente, cada uma das pernas.

Calção: peça de vestuário de tamanho e feitio variados.

Camisa: peça de roupa que se trazia debaixo de outros vestidos, logo a seguir ao corpo, de comprimento até os joelhos e com mangas. Roupa de tecido leve.

Camelão: Estofado grosseiro, impermeável, feito primitivamente com pêlos de camelo, depois substituído por pêlo de cabra, lã e seda.

Capote: Capa comprida e larga com capuz.

Ceroula: vestuário interior de pano de linho em forma de calças ou calções com o intento de cobrir o corpo dos homens desde a cinta aos joelhos e por vezes até mais abaixo.

Cetim: Espécie de pano de seda, lustroso e fino.

Chapéu: qualquer cobertura, com abas e copa, para resguardar a cabeça.

Chita: Tecido de algodão estampado a cores.

Colete: peça de vestuário, curta e sem mangas, com longas cavas, geralmente usada sobre uma camisa.

Cordão: jóia da ourivesaria popular que consiste em fios com cerca de dois metros e vinte, podendo ser de elos redondos ou em forma de pêra, usado como cloar de várias voltas.

Droguete: Tecido de seda do séc. XVIII, com pequena repetição de desenho, fabricado com técnicas diversas. Estofado ordinário de lã, seda e algodão ou somente de lã.

Faixa: tira de tecido específica para apertar ao redor da cinta.

Lã: Matéria têxtil, de origem proteica, proveniente dos pêlos de certos animais. Tecido, pano, vestimenta feita dessa matéria. Material têxtil proveniente do velo dos ovídeos e outros animais. O fio obtido a partir dessa matéria

Lenço: pano de linho que era trazido no bolso com a finalidade de limpar os suores. Pano que se usa ao pescoço.

Linho: Planta têxtil, com cujas fibras se produzem tecidos de diversas qualidades. Tecido obtido a partir dessa fibra.

Manto: estidura larga e sem mangas com que as mulheres abrigam a cabeça e o corpo até à cintura por cima do vestido. Veste de seda, burato de lã e seda ou pelo.

Pano: pano de algodão que não branqueou, depois de tecido

Renda: Trabalho delicado, gracioso, de tecido ou malha aberta, com desenhos geométricos outras temáticas, executado com fios diversos, podendo incluir os metálicos e destinado a enfeitar, sobretudo, têxteis ou a ser usado simplesmente. Pode ser produzido mecânica ou manualmente, utilizando agulhas, almofadas, bilros ou simplesmente os dedos.

Riscado: Tecido de algodão caracterizado por riscas de cor alternando com brancas. Predominância das riscas de cor sobre as brancas.

Saia: vestidura para homem e mulher feito em pano grosseiro

Sarja: Tecido de seda, lã ou algodão, entrançado. Técnica de produção de tecido. Técnica caracterizada pelos efeitos oblíquos obtidos pela deslocação de um fio para a direita ou para a esquerda, em todos os cruzamentos de passagem de trama.

Seda: – Substância filamentosa, produzida pela larva de um inseto chamado bicho-da-seda. Matéria têxtil extraída de casulos, especialmente dos produzidos por aquele inseto. Tecido feito com essa mesma substância.

Tafetá: Tecido lustroso feito de fios de seda retilíneos e bem tapado. Técnica de produção de tecido.

Vestia: jaqueta, casaco curto que não se ajusta à cintura.

Veludo: Tecido de lã, seda ou algodão, liso ou raso de um lado, e do outro coberto de pelos levantados e muito juntos, seguros por fios de teia.

		Fivela	3150	Acessório	Não identificado	Prata	Não identificado	Com charneira	Masc.	Não identificado	Trabalho	Não se aplica
		Fivela	2100	Acessório	Não identificado	Prata	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Trabalho	Não se aplica
		Fivela	4600	Acessório	Não identificado	Prata	Não identificado	Não identificado	Masc.	São Paulo	Trabalho	Não se aplica
		Botões	750	Acessório	Não identificado	Prata	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Fraque	12000	Roupa	Usado (a)	Chita	Não identificado	Não identificado	Masc.	São Paulo	Sociabilidade	Não se aplica
		Vestido	16000	Roupa	Não identificado	Droguete	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
1783 03	SIMÃO GONÇALVES ANDRADE	Chapéu	3200	Acessório	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Tecido	4000	Roupa	Novo (a)	Linho	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Dez varões
		Tecido	6000	Roupa	Não identificado	Linho	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Dez varões
		Vestia	2220	Roupa	Não identificado	Algodão	Branco (a)	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de brincos	1400	Acessório	Não identificado	Ouro	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Botões	1400	Acessório	Não identificado	Ouro	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de brincos	1600	Acessório	Não identificado	Ouro	Não identificado	Com pedras	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Saia	12000	Roupa	Usado (a)	Veludo	Preto (a)	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Saia	4200	Roupa	Não identificado	Seda	Preto (a)	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Saia	6000	Roupa	Usado (a)	Seda	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Saia	4000	Roupa	Usado (a)	Droguete	Preto (a)	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Saia	2000	Roupa	Usado (a)	Sarja	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Saia	4600	Roupa	Usado (a)	Baeta	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Saia	640	Roupa	Velho (a)	Chita	Azul	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Saia	640	Roupa	Velho (a)	Seda	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
1785 01	JOANA FRANCA E PEDRO ANTONIO MOREIRA	Manto	5000	Roupa	Usado (a)	Seda	Preto (a)	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Manto	640	Roupa	Velho (a)	Baeta	Não identificado	De cor	Fem.	São Paulo	Sociabilidade	Não se aplica
		Manto	600	Roupa	Velho (a)	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Fem.	são Paulo	Sociabilidade	Não se aplica
		Capote	600	Roupa	Não identificado	Seda	Amarelo (a)	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Camisa	1900	Roupa	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Camisa	1200	Roupa	Não identificado	Bretanha	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Camisa	960	Roupa	Usado (a)	Linho	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Fraque	320	Roupa	Velho (a)	Chita	Não identificado	Pequeno (a)	Masc.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Chinelas	390	Calçado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Chapéu	400	Acessório	Velho (a)	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Braga	Não se aplica
		Par de brincos	2560	Acessório	Não identificado	Ouro	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Botões	1200	Acessório	Não identificado	Ouro	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Vestido	2500	Roupa	Não identificado	Cetim	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Calção	2500	Roupa	Não identificado	Cetim	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Calção	Não identificado	Roupa	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Fraque	3200	Roupa	Não identificado	Chita	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Vestia	300	Roupa	Velho (a)	Cetim	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Calção	300	Roupa	Velho (a)	Cetim	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Espartilho	120	Roupa	Velho (a)	Lã	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Espartilho	320	Roupa	Novo (a)	Linho	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Colete	80	Roupa	Velho (a)	Seda	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
1785 02	JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA	Não identificado	200	Roupa	Usado (a)	Cabaia	Amarelo (a)	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Tecido	840	Roupa	Não identificado	Cabaia	Amarelo (a)	Furado (a)	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Dois côvados
		Capa	400	Roupa	Usado (a)	Lã	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Camisa	945	Roupa	Não identificado	Bretanha	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Camisa	945	Roupa	Não identificado	Bretanha	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Camisa	2000	Roupa	Não identificado	Bretanha	Não identificado	Não identificado	Masc.	França	Não identificado	Não se aplica
		Camisa	2000	Roupa	Não identificado	Bretanha	Não identificado	Não identificado	Masc.	França	Não identificado	Não se aplica
		Par de meias	320	Roupa	Usado (a)	Não identificado	Branco (a)	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de meias	1280	Roupa	Usado (a)	Seda	Preto (a)	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de botas	80	Calçado	Velho (a)	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Fivela	2200	Acessório	Não identificado	Prata	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Trabalho	Não se aplica
1785 03	MANOEL INÁCIO FONSECA E ANA MARIA DE ANDRADE	Fivela	600	Acessório	Não identificado	Prata	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Trabalho	Não se aplica
		Calção	1600	Roupa	Não identificado	Baeta	Vermelho (a)	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de meias	320	Roupa	Usado (a)	Algodão	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Vestido	960	Roupa	Usado (a)	Não identificado	Preto (a)	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de brincos	1200	Acessório	Não identificado	Ouro	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
1786 01	IGNEZ DE CHAVES DAS NEVES	Par de brincos	600	Acessório	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Par de brincos	1400	Acessório	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Faixa	2560	Roupa	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Saia	8000	Roupa	Não identificado	Droguete	Preto (a)	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
1786 02	SALVADOR CORREA LACERDA E MARIA JOSÉ DE JESUS	Tecido	1600	Roupa	Não identificado	Baeta	Preto (a)	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Não identificado	1000	Roupa	Não identificado	Chita	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Não identificado	1120	Roupa	Não identificado	Seda	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Saia	2000	Roupa	Usado (a)	Camelão	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Saia	960	Roupa	Velho (a)	Riscado	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Fivela	3200	Acessório	Não identificado	Prata	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Trabalho	Não se aplica
		Par de brincos	3600	Acessório	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Par de brincos	3600	Acessório	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Fivela	5600	Acessório	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Masc.	Não identificado	Trabalho	Não se aplica

1787 01	ANGELA MARIA SANTOS	Par de brincos	2100	Acessório	Não identificad	Ouro	Não identificad	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Fivela	1280	Acessório	Não identificad	Prata	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Trabalho	Não se aplica
		Tecido	1380	Roupa	Não identificad	Algodão	Não identificad	Fino (a)	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Cinco varões
		Chapéu	300	Acessório	Velho (a)	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Saia	1120	Roupa	Usado (a)	Não identificado	Não identificado	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Saia	6400	Roupa	Novo (a)	Droguete	Preto (a)	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Tecido	1440	Roupa	Não identificad	Baeta	Preto (a)	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Dois côvados
		Tecido	960	Roupa	Não identificad	Baeta	Verde	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Dois côvados
		Colete	480	Roupa	Velho (a)	Baeta	Azul	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Camisa	2000	Roupa	Velho (a)	Bretanha	Não identificad	Não identificado	Masc.	França	Não identificado	Não se aplica
		Par de meias	160	Roupa	Velho (a)	Algodão	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Tecido	480	Roupa	Não identificad	Renda	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Um varão
		Tecido	160	Roupa	Não identificad	Renda	Não identificad	De ponta	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Um varão
		Capote	1280	Roupa	Velho (a)	Pano	Azul	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de brincos	1280	Acessório	Não identificad	Ouro	Não identificad	Pequeno (a)	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Colete	240	Roupa	Velho (a)	Baeta	Azul	Pequeno (a)	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Manto	8000	Roupa	Não identificad	Seda	Não identificad	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Saia	2400	Roupa	Novo (a)	Camelão	Não identificad	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Tecido	800	Roupa	Não identificad	Baeta	Preto (a)	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
1787 03	MATHIAS ARYES E MARIA ANTONIA ARYES	Casaco	2400	Roupa	Não identificad	Baeta	Preto (a)	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Não identificado	1440	Roupa	Usado (a)	Tafetá	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Capote	6000	Roupa	Novo (a)	Pano	Azul	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Vestia	Não identificado	Roupa	Velho (a)	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Calção	Não identificado	Roupa	Velho (a)	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de botas	Não identificado	Calçado	Não identificado	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Capa	2000	Roupa	Usado (a)	Pano	Roxo (a)	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Saia	2560	Roupa	Usado (a)	Não identificado	Não identificad	De gala	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Saia	960	Roupa	Usado (a)	Riscado	Não identificad	Não identificado	Fem.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Quimono	1600	Roupa	Usado (a)	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de meias	240	Roupa	Não identificad	Algodão	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Lenço	240	Roupa	Não identificad	Bretanha	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Gravata	160	Roupa	Não identificad	Não identificado	Não identificad	De caça	Masc.	Não identificado	Trabalho	Não se aplica
		Lenço	560	Roupa	Não identificad	Seda	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Botões	1600	Acessório	Não identificad	Ouro	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de brincos	6000	Acessório	Não identificad	Pedra	Azul	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Par de brincos	2400	Acessório	Não identificad	Pedra	Não identificad	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Colar	4000	Acessório	Não identificad	Ouro	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de brincos	7100	Acessório	Não identificad	Ouro	Não identificad	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
1788 02	ISABEL MARIA DE ANDRADE	Botões	640	Acessório	Não identificad	Ouro	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de brincos	1440	Acessório	Não identificad	Ouro	Não identificad	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Par de brincos	1440	Acessório	Não identificad	Ouro	Não identificad	Não identificado	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica
		Calção	1440	Roupa	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Calça	1280	Roupa	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Lenço	Não identificado	Roupa	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Flrido (a)	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Lenço	Não identificado	Roupa	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Par de meias	Não identificado	Roupa	Não identificad	Algodão	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Tecido	Não identificado	Roupa	Não identificad	Linho	Não identificad	Não identificado	Não identificad	França	Não identificado	Duas meadas
		Botões	Não identificado	Acessório	Não identificad	Seda	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Fivela	Não identificado	Acessório	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Trabalho	Não se aplica
		Anel	Não identificado	Acessório	Não identificad	Pedra	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Chapéu	Não identificado	Acessório	Não identificad	Palha	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Trabalho	Não se aplica
		Calção	800	Roupa	Não identificad	Pano	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Vestia	960	Roupa	Não identificad	Pano	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Vestia	450	Roupa	Usado (a)	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Tecido	1930	Roupa	Não identificad	Baeta	Preto (a)	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Quatro côvados
		Capote	10000	Roupa	Novo (a)	Pano	Azul	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Vestia	2000	Roupa	Novo (a)	Lã	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Colete	2400	Roupa	Novo (a)	Cetim	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Calção	640	Roupa	Não identificad	Não identificado	Azul	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Calção	1600	Roupa	Novo (a)	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Tecido	480	Roupa	Não identificad	Baeta	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
1792	DIOGO GONÇALVES RIBEIROE ISIDORA FERREIRA	Par de meias	400	Roupa	Não identificad	Não identificado	Não identificad	Grosso (a)	Não identificad	Não identificado	Não identificado	Não se aplica

1794	PE. JOSÉ CARDOSO DE ALMEIDA	Camisa	400	Roupa	Não identificad	Linho	Não identificad	Não identificado	Masc.	Não identificado	Não identificado	Não se aplica
		Vestido	Não identificad	Roupa	Usado (a)	Não identificado	Não identificad	De gala	Fem.	Não identificado	Sociabilidade	Não se aplica